

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 06.09.2017.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo as senhoras Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa desempenhado as funções de primeira e segunda secretárias.

PRESENCAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia, Manuel Jorge Queirós Lopes, em substituição de Orlando Vítor Fernandes Nunes, Ilda de Carvalho Pereira, Carlos Manuel Fernandes Silva, João Paulo Batalha Machado, Maria da Ascensão Bernardo Amaral, Manuela Damiana Santos Almeida Guedes, Luis Filipe Carrapatoso, em substituição de Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Ângelo Manuel Mendes Moura, Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Manuel Lino Pereira de Carvalho, João Pedro Ferreira Santos Melo, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, Constantino José da Costa Vaz, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Secretário da Junta de Freguesia de Britiande, em substituição do seu Presidente, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Secretário da Junta de Freguesia de Figueira, em substituição do seu Presidente, Lalim, Lamego Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de (Bigorne, Magueija e Pretarouca), Tesoureiro da União de Freguesias (Cepões, Meijinhos e Melcões), União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem), Várzea de Abrunhais e Secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei Em substituição do seu Presidente

AUSÊNCIAS

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, Orlando Vítor Fernandes Nunes, Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues, Carlos Dinis Marques de Almeida, Jorge Manuel Portela da Silva, Carlos Manuel Almeida Loureiro e dos senhores Presidentes de Freguesia de Britiande, Figueira, (Almacave e Sé), de União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões e Vila Nova de Souto D'el Rei.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que, com a devida autorização de todos os líderes dos grupos municipais, a ordem de trabalhos desta sessão vai ser alterada, passando o ponto n.º 6 para primeiro lugar e ponto n.º 5 para segundo lugar; no entanto, antes de iniciar esta sessão, gostaria de ler e de fazer uma proposta à Assembleia Municipal, de um voto de pesar com o seguinte teor:

“O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lamego, surpreendido e profundamente consternado pelo falecimento de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto – **D. António Francisco dos Santos – Cidadão de Honra de Lamego**, curva-se respeitosamente perante a sua memória e apresenta a esta Assembleia Municipal a proposta de Aprovação de um Voto de Pesar pela sua morte.

Foi o **Senhor D. António Francisco**, enquanto Padre e Vigário Geral da Diocese de Lamego, figura impar e personalidade Ilustre da nossa Cidade e Concelho, onde sempre sobressaiu pelas suas imensas qualidades humanas e intelectuais.

Homem de Cultura Superior, aliava na sua pessoa uma transbordante alegria, com um sorriso sempre presente e inesquecível, uma amabilidade e humildade singulares, associados a uma bondade e generosidade incomensuráveis.

O **Senhor D. António Francisco dos Santos** tinha uma constante preocupação em dar-se inteiramente aos outros, nomeadamente aos mais desfavorecidos e excluídos da sociedade, bem como aos doentes e idosos, que procurava acompanhar com dedicação e proximidade invulgares, procurando sempre minimizar-lhes o seu sofrimento.

Padre e Bispo, de Fé e convicções muito fortes, assumia com firmeza, competência e alegria, todos os desafios que se lhe colocavam.

Deu-se inteiramente aos outros, que acolhia sempre com muita atenção e carinho, e, talvez por isso, esqueceu-se de si mesmo.

Padre e Professor em Lamego, amado pelos Lamecenses, **Bispo** que cativou Braga e Aveiro, foi o **Bispo** Providencial para o Porto que, com as suas qualidades, em tão pouco tempo, conquistou e evangelizou, e, como disse o Senhor Cardeal Patriarca na Missa Exequial, ali deixa uma Excelente Imagem de Pai e Bom Pastor aos Portuenses, que o acarinharam durante o seu bispado e o choraram sentidamente na sua despedida.

Perdeu a Igreja uma Figura Notável, perdemos todos nós um Amigo, mas ganhou Deus, que ele muito amava, certamente um Santo, a quem poderemos recorrer.

Propõe o Presidente da Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pela sua morte, seguido de um minuto de silêncio em sua memória.

Intervieram os líderes **Constantino José da Costa Vaz, Ângelo Manuel Mendes Moura e João Pedro Ferreira Santos Melo**, dos grupos municipais da Coligação “Todos Juntos Por Lamego, Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, respetivamente, para apelarem ao senhor Presidente da Assembleia que o referido voto de pesar, fosse emanada de toda Assembleia Municipal.

Deliberação: Aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio.

Afirmou, na sequência deste voto de pesar, que gostaria de deixar uma sugestão ao executivo para que recomende à Comissão de Toponímia da Cidade de Lamego, a atribuição do nome Senhor D. António Francisco dos Santos a uma praça ou arruamento de Lamego.

O senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao Período Antes da Ordem do Dia.

Interveio o senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo** para se congratular com a homenagem aos ilustres homens, que são os senhores primeiros Presidentes de Junta de Freguesia. De facto, geriram as Juntas de Freguesia em tempos muito difíceis, sem o dinheiro que existe hoje, que geriam conforme podiam e sabiam, mas, sempre preocupados em servir, e não serem servidos. Infelizmente, hoje, no sistema político actual, há espertalhões que, em vez de servir a população, se servem da população. Por isso, parabenizou os homenageados.

Relativamente ao Senhor D. António Francisco dos Santos, espera que o tempo venha a considerá-lo como um Homem Santo, porque, para ele, foi um Santo Homem. Uma pessoa que inculca serenidade, que dava alento para se continuar com os nobres princípios da solidariedade e do associativismo,

Em relação aos jovens premiados, disse que ainda bem que fazem trabalho sobre o senhor Dr. Fernando Amaral, pois ele teve a sorte de ter trabalhado para o senhor Dr. Fernando Amaral. Foi seu mentor, ensinando-lhe muito do que sabe hoje, acerca dos princípios da democracia, social-democracia, socialismo reformista, o que o marcou para a vida. Ainda bem. Estendeu essa lembrança à sua estimada esposa, a senhora Professora D. Angélica, que foi sua orientadora de estágio, que lhe ensinou muito do que hoje sabe na área da docência.

01-ASSUNTO: ENTREGA DO PRÉMIO ESCOLAR DR. FERNANDO AMARAL

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que este prémio pretende perpetuar a memória do senhor Dr. Fernando Amaral, uma iniciativa desta Assembleia Municipal, na altura presidida pelo Dr. José Mário Ferreira de Almeida, seu ilustre antecessor na presidência deste órgão.

O senhor Dr. Fernando Amaral foi como todos sabem, uma figura e uma personalidade ilustre da cidade de Lamego, Concelho e do País, um advogado de elevada craveira profissional, escritor e orador ímpar, um político que ocuparia os mais altos cargos da Nação, sendo de destacar a Presidência da Assembleia da República. Agradece a todos os cidadãos que hoje nos honraram com a sua participação e presença. Agradece aos cidadãos que integraram o Júri para atribuição deste prémio e a presença da ilustre família do senhor Dr. Fernando Amaral, a participação da senhora Dra. Maria João Amaral no júri, e hoje, certamente, no uso da palavra. Manifesta a sua gratidão aos familiares dos alunos premiados e aos alunos aqui presentes, bem como a participação das escolas e professores, que motivarem os alunos a participar e concorrer a este prémio.

Informou que a senhora Dra. Maria Leonor Mendes Costa, iria ler a ata da atribuição do prémio Dr. Fernando Amaral, que se transcreve na íntegra.

“ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO JÚRI DO PRÉMIO ESCOLAR DR. FERNANDO AMARAL 2017 (Instituído por deliberação da Assembleia Municipal de Lamego, em 24/04/2009)

No dia trinta de maio do ano de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, sob a presidência da senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal de Lamego, Dra. Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, reuniu-se no edifício dos Paços do Município de Lamego o Júri do Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral.

Presentes os membros do Júri: Dra. Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Dra. Maria João Amaral, Dra. Olga Ferreira, Dr. João Rebelo Rodrigues Mendonça, Dr. Avelino da Silva, Dr. Luís Sarmiento.

Ausentes os membros: Dra. Vera Coelho, Dra. Cristina Parente, Dra. Leonor Costa, cujas ausências foram antecipadamente justificadas pelas próprias.

Ponto único – Deliberação de atribuição do Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral. Foram apresentadas seis candidaturas ao Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral, cujos trabalhos foram identificados com os números: um, dois, três, quatro, cinco, seis e remetidos pela Sra. Presidente do Júri, por correio e por email, para avaliação dos membros do Júri.

A Senhora Presidente leu o texto via correio eletrónico enviado pela senhora Dra. Leonor Costa sobre a sua apreciação aos trabalhos.

Seguiu-se o período de cada membro do Júri fazer o depoimento da sua avaliação dos trabalhos concorrentes. Depois, em conjunto, reflectiram, analisaram e debateram os trabalhos à luz dos parâmetros de avaliação em vigor do **Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral**, designadamente: adequação ao tema do concurso, relevância para o conhecimento do Dr. Fernando Amaral, normas de apresentação, redação/estilo/originalidade. Os trabalhos com o número um e número três, foram considerados os que melhor cumpriram os parâmetros de avaliação do concurso.

Como tal, e ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Regulamento do Prémio Dr. Fernando Amaral, o Júri classificou, por unanimidade, vencedores do Prémio Dr. Fernando Amaral, ex aequo os trabalhos número um e número três.

De seguida, a Senhora Presidente do Júri procedeu à abertura dos envelopes com os boletins das candidaturas concorrentes. Os dados de identificação dos boletins de candidatura do número um e número três são os seguintes:

- Envelope número um, boletins de candidatura dos alunos, Tiago Jorge Lázaro Gonçalves da Eira e Maria Margarida da Silva Oliveira Óscar Pinto

Estabelecimento de Ensino: Colégio de Lamego

Tiago Jorge - ano 11.º, número de aluno - 26

Margarida Pinto - ano 11.º, número de aluno - 18

- Envelope número três, boletim de candidatura do aluno, Joel Augusto Guedes de Castro

Estabelecimento de Ensino: Colégio de Lamego

Ano - 12.º, número de aluno - 12

A Sra. Presidente do Júri propôs:

1 – Atribuir o Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral em ex aequo aos trabalhos concorrentes:

- Trabalho com o número um da autoria dos alunos Tiago Jorge Lázaro Gonçalves da Eira e Maria Margarida da Silva Oliveira Óscar Pinto, do Colégio de Lamego, alunos do 11.º ano;

- Trabalho com o número três da autoria de Joel Augusto Guedes de Castro, do Colégio de Lamego, aluno do 12.º ano.

2 – Não classificar os trabalhos números dois (Clara Beatriz Gonçalves Vouga), quatro (Guilherme Ribeiro Morgado), cinco (Maria Elisa Pereira de Carvalho) e seis (Helena Isabel Pinto Costa);

3 – Entregar o prémio aos vencedores, na sessão pública da Assembleia Municipal de Lamego, a realizar no salão nobre dos Paços do Município, durante o mês de junho, em data ainda a agendar;

4 – Convidar a Senhora Dra. Maria João Amaral para, na sessão pública e em nome do Júri, fazer uma intervenção alusiva ao Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral.

Deliberado: aprovado por unanimidade.

A reunião terminou eram vinte horas e dez minutos. Foi secretariada pelo Sr. Joaquim Mateus, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Lamego. Lavrou-se esta ata que depois de lida e achada conforme será assinada pela Presidente do Júri.

A Presidente do Júri

Dra. Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho”

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** convidou os alunos a deslocarem-se Junta da Mesa da Assembleia, a fim de lhes serem entregues os respetivos prémios.

De seguida deu a palavra aos **alunos premiados**, com o texto que se transcreve na íntegra:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego; Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego; Exma Senhora Doutora Maria João Amaral; Exmos. Membros da Assembleia Municipal de Lamego; Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lamego; Senhores funcionários; Minhas senhoras e meus senhores;

Bom dia,

Antes de mais gostaria de saudar todos os presentes e manifestar a enorme honra que sentimos por termos sido agraciados com este prémio que enaltece o percurso de vida desta ilustre personalidade lamecense. Muito mais do que uma simples homenagem, o trabalho é, também, uma forma de perpetuar todo o legado valorativo defendido pelo Dr. Fernando Amaral ao transmiti-lo aos jovens de hoje, para que,

assim, possam nortear as suas vidas em função desses princípios e contribuir para uma sociedade mais justa.

O nosso trabalho teve como objetivo central homenagear uma individualidade lamecense que pertence ao grupo restrito daqueles que alcançaram a excelência, daqueles que contribuíram significativamente para um país mais democrático e mais justo e daqueles cuja herança ideológica continua presente nos dias de hoje. Referimo-nos assim, ao Dr. Fernando Amaral, incontornável figura da política local, nacional e europeia, exímio advogado e incansável defensor dos Direitos Humanos, em todas as suas vertentes.

O pensamento do Dr. Fernando Amaral, pelo seu caráter verdadeiramente progressista, revela-se intemporal e perfeitamente aplicável nos dias de hoje. O seu exemplo vai ao encontro da verdadeira definição de política, a procura do bem comum, não tendo feito dela um mero estilo de vida, e contribuiu para o rumo da fase áurea da democracia portuguesa, o pós-25 de Abril, ao reafirmar os valores e princípios que estiveram na origem da revolução.

Afinal, nunca é demais aprender exemplos de verdadeiro sucesso, até porque, é por meio de exemplos do passado, de feitos das gerações anteriores, que podemos extrair verdadeiras filosofias de vida que procuram responder a problemas com que hoje lidamos, no presente, e foi este o objetivo deste trabalho.

O seu trajeto é especialmente importante para as camadas mais jovens da população, atendendo ao facto de que não vivemos um só minuto privados da liberdade que tanto custou a conquistar. Durante a realização deste trabalho, bem como na parte que a antecedeu, a pesquisa, tivemos a oportunidade de nos deixar fascinar pela forma como o Dr. Fernando Amaral defendeu valores e ideias com as quais já muito nos identificávamos mas que conseguimos reforçar, nomeadamente a liberdade para sermos o que somos e o que quisermos ser, os Direitos Humanos e a justiça social, pilares do Estado de Direito em que vivemos e queremos viver.

Nós, jovens, se queremos alcançar algo na vida e ir mais longe devemos lutar como fez o Dr. Fernando Amaral. É um exemplo de perseverança, disciplina e de trabalho. De facto, só quem se esforça, quem luta por melhores condições de vida obterá sucesso, não basta a genialidade ou a apetência natural para o sucesso, há que trabalhar em prol disso!

Atualmente, a sociedade aceita alguns aspectos que anteriormente rejeitava e rejeita alguns que tomava por normal, por outro lado, assistimos a um mundo globalizado em que é dada prioridade à acumulação de dinheiro por certas elites ao invés de garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, ou seja, justiça social.

Fernando Amaral é a prova que o corpo material perece, mas as ideias e os princípios de vida prevalecem, vingam para além do tempo se assumidos por outras e novas gerações que os perpetuam. As camadas mais jovens estão afastadas eticamente destes exemplos, mas são iniciativas como o Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral,

que servem para renovar e reavivar a importância de uma participação social e cívica ativa e o sentimento pleno de vivência comunitária, no sentido do bem comum.

Esta luta contra as contrariedades do mundo moderno não deve, porém, fazer-nos abdicar de direitos fundamentais, nem passa por soluções radicais, muitas vezes isolacionistas, próprias de ideologias extremistas. Por fim, encerro a minha intervenção com uma afirmação do Dr. Fernando Amaral, proferida na sessão comemorativa do 25 de Abril de 1985, que muito nos marcou aquando da fase de procura de informação pelo facto de, especialmente nos dias de hoje, continuar atual e pertinente “não nos devemos deixar seduzir pela simplicidade das posições extremas, pois o tudo ou nada traz no seu bojo a demagogia e a violência. O conquistador extremista da direita ou da esquerda define-se por estar sempre contra. Os extremismos não procuram nunca o plano da unidade que se traduz na harmonia dos contrários, mas procura sempre o esmagamento das diferenças.”

Agradecemos o apoio da nossa professora de Filosofia, Dr.^a Mónica Lima e ao Senhor Fernando Cabral na orientação deste trabalho, bem como à câmara municipal de Lamego pela dinamização de iniciativas que permitam aos jovens desenvolver o seu espírito crítico.

Interveio a senhora **Dra. Maria João Amaral** para agradecer a presença de todos que, de uma forma ou outra, participaram na 5.^a Edição do Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral, na qualidade de seu representante no Júri deste prémio, sendo nessa função que passava a proferir algumas palavras.

Em primeiro lugar a família do Dr. Fernando Amaral congratula-se com o facto de a Câmara Municipal de Lamego ter repostado o valor pecuniário inicial do Prémio, nos dois mil e quinhentos euros. Afirmou que, que tal como na edição quarta, o prémio foi atribuído a dois trabalhos. Apesar das suas recomendações aos jovens, às famílias e aos professores ao longo destes anos, no sentido de que os “copys paste” deixem de ser utilizados, não têm sido escutadas, mantêm-se, pelo que irá continuar a fazer essas recomendações. O Júri voltou a confrontar-se com alguma necessidade de não encontrar um trabalho a que fosse atribuível todo o valor do prémio só num trabalho.

Reconheceu que foram apresentados trabalhos que demonstram esforço dos seus alunos, eventualmente demonstram uma menor atenção dos professores no apoio aos alunos. Por isso se considerou que se deveriam premiar os dois trabalhos, porque havia trabalhos que demonstravam muito esforço.

Porém, se se atentar ao cartaz que publicita o concurso ao longo destes anos, é sempre o mesmo, onde as primeiras palavras que se lêem são “concurso escolar”. Assim, as escolas e os professores que acompanham os alunos, deverão prepará-los para uma futura vida escolar, pois estes alunos eram do décimo primeiro e décimo segundo ano, estão próximos do ensino superior, que deverão ser preparados, evitando que apresentem trabalhos menos correctos, ao nível bibliográfico e temático.

Sugeriu que se propusesse aos alunos a divisão do tema em partes, considerando cada uma dessas partes um subcapítulo ou secção do trabalho, tinham o problema da estrutura do trabalho e a fuga ao tema resolvidas. Depois só precisavam de cumprir as normas previstas para a forma do texto, publicadas no *site* da Câmara quando se lança o concurso. Estas normas dão um conhecimento precioso para trabalhos futuros na universidade dos alunos. Repetiu o pedido aos jovens futuros que tirem partido das novas tecnologias, que as utilizem para se apropriarem de um conhecimento que os enriqueça e lhes venha a servir na vida que têm pela frente, quer no ensino superior ou em qualquer profissão. Aos seus professores voltou a pedir que os orientem e ajudem, para não correrem o risco de ter trabalhos rejeitados.

Por fim, desejou aos alunos premiados as maiores felicidades e que não se esqueçam dos conselhos que ela própria lhes deu.

02-ASSUNTO HOMENAGEM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO AOS PRIMEIROS PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA ELEITOS LOGO APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** começando por pedir desculpa, pois em 25 de Abril, quando da homenagem que a Assembleia, em sessão solene, lhes prestou, não ter, logisticamente, a possibilidade de lhes atribuir o que hoje lhes será entregue. Entendeu a comissão das Comemorações do 25 de Abril, bem como a Mesa e, posteriormente, toda a Assembleia, que os senhores primeiros Presidentes de Junta de Freguesia eleitos após o 25 de Abril, como manifestação de gratidão pela sua actividade e pioneirismo, deveriam ser agraciados com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro. Assim, foram considerados os senhores Presidentes Manuel Pereira da Cruz, de Ferreirim, senhor António Rodrigues Mendonça, de Ferreiros de Avões; Artur Pombinho de Lucena, de Lalim; Bernardino Vaz, de Lazarim; António Porfírio Teixeira da Silva, da Penajóia, a quem esta Assembleia tem a honra de hoje as entregar, convidando os mesmos a deslocarem-se junto à mesa, para receberem o galardão que a Assembleia Municipal de Lamego, o Concelho de Lamego e o seu executivo, deliberaram outorgar-lhes.

Interveio o senhor **Manuel Pereira da Cruz** para ler um pequeno texto que se transcreve na íntegra:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Excelentíssimos membros da Assembleia, Caros Colegas Homenageados, Demais publico presente, Decidiu esta Assembleia, a meu ver muito bem, homenagear os primeiros Presidentes das Juntas de Freguesias eleitos após o 25 de Abril de 1974. De facto, foi um marco muito importante para o nosso País e para nosso povo. Mas muito difícil, primeiro porque os conhecimentos eram parcos, como funcionavam as Juntas de Freguesia, mas também, foi aos primeiros Presidentes de Juntas que coube a árdua tarefa da atualização do recenseamento eleitoral. No entanto, foi com muito orgulho que estive à

frente dos desígnios da minha freguesia que era, e é, o meu orgulho; foram oito anos de muitas preocupações, de muito trabalho, todo em defesa do progresso das nossas terras. E como todos sabem, era tudo voluntário. Não havia as ajudas financeiras de qualquer espécie para os Presidentes ou para qualquer outro membro da Junta de Freguesia. Aliás tinham que ser os próprios a utilizar as suas viaturas e outros equipamentos, se queriam fazer algum progresso nas freguesias. Contudo, um “bem-haja” das minhas gentes, era suficiente para que eu me sentisse feliz.

Ferreirim era e é uma terra de gente trabalhadora, de mestres, de gente honesta e, por isso, a tarefa, embora árdua, foi gratificante.

Também não posso esquecer do Presidente da Câmara de então, o senhor António Ferreira, um grande Amigo, que me ajudou muito na concretização de obras que foram de extrema importância para o desenvolvimento da freguesia, assim como todos os elementos que acompanhavam o executivo.

Quero agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng.º Francisco Manuel Lopes, a todos os elementos da Assembleia Municipal, vereadores da Câmara Municipal, o reconhecimento e o carinho com que nos agraciaram.

Aos colegas Presidentes de Juntas de Freguesia quero agradecer e deixar uma palavra amiga e de saudade. Se estiveram de acordo, marcamos um lanche ou almoço, para revermos histórias, recordarmos o nosso trabalho, alegrias passadas, entre todos nós. Um bem-haja”.

Interveio o senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo** para colocar algumas questões relativas ao funcionamento das cantinas nos centros escolares, com o fim das Associações de Freguesias. Será que as crianças estão a servir-se autonomamente ou há funcionários para servir as crianças. Um dia pode acontecer o azar de alguma criança se escaldar. Saber porque é que continua a não haver uma discriminação positiva em relação às crianças que comem nos centros escolares da freguesia de Lamego (Almacave e Sé). As crianças das outras freguesias estão isentas do pagamento das refeições e as da cidade não. Podia e devia haver um tratamento igual, e seria importante que o senhor Presidente da Câmara convocasse um Conselho Municipal de Educação, para esclarecer este tipo de situações, bem como o que se está a passar no agrupamento de escolas da Sé. Tem dúvidas acerca do funcionamento do agrupamento de escolas da Sé, do funcionamento das atividades de enriquecimento escolar, e nas estranhas parcerias que se estão a estabelecer. Lamenta que o senhor Director, membro deste órgão, não se encontre aqui mais uma vez, tal como o senhor Presidente da União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões, pois gostava de os inquerir nesta Assembleia. O senhor Director do agrupamento das escolas da Sé, pelo que lhe parece, dá a impressão que está a tentar passar a pasta das AEC's para o senhor António Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, este, por sua vez, pretende

usar o dinheiro dos professores para os cambalachos do costume, e se tenciona pagar um valor demasiado baixo aos professores está enganado, pois estes têm organizações sindicais que os defendem.

Em relação ao senhor Director de Escolas da Sé, é melhor ter cautela, não vá alguém lembrar-se de dizer que o senhor Director de Escolas da Sé está a participar numa possível acção criminosa, está a ter participação em negócio. Estas são as dúvidas que gostava que fossem esclarecidas pelo senhor Director de Escolas da Sé e pelo senhor António Rodrigues. Gostava de saber se já se está a tratar da história da Associação de Freguesias do Sudeste; como é que no relatório de contas a 31 de Dezembro de 2016 aparece um saldo de dezassete mil euros e agora aparecem dívidas de noventa mil euros. Alguém ocultou informações aos senhores Presidentes de Junta da Associação de Freguesias do Sudeste ou alguém, de Janeiro para, cá deu o “golpe do baú”, pois, de um resultado positivo de dezassete mil euros para o resultado negativo de noventa mil euros, tem que ser explicado.

Importa também saber o que aconteceu em relação a umas obras da casa do povo de Sande, pois houve um protocolo com uma empresa de construção por quarenta mil euros e, no final da obra, atinge quase os setenta mil euros. Gostava de ser esclarecido sobre este assunto.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia** dirigiu-se à Assembleia Municipal e aos cidadãos Lamecenses, em fim de mandato, dizendo que foi uma honra servir o Concelho de Lamego na Assembleia Municipal de Lamego, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, mas, acima de tudo, enquanto cidadão Lamecense. Pretende instigar e despertar as inteligências para aquilo que poderia ter sido a tónica central dos autarcas, governar para o cidadão, o que só será possível se os autarcas eleitos forem ao seu encontro, seja pela via do debate de ideias, da agregação de valores e vontades, para que tudo se traduza numa efetiva melhoria de qualidade de vida dos cidadãos. É fundamental estabelecer critérios de equidade, que permita o progresso e o desenvolvimento do Concelho de Lamego, acabando com as assimetrias territoriais existentes. Lamego encontra-se estrategicamente situado no interface de todas as regiões promissoras do interior de Portugal, a região beirã e o alto douro, pelo que terá de estar na vanguarda e na liderança dum caminho de articulação desses territórios, estabelecendo novas linhas estratégicas futuras, alcançando patamares de afirmação nacionais e internacionais coincidentes com as potencialidades da cidade e do Concelho de Lamego. Lamego tem de se reorientar de forma a reparar o presente e preparar o futuro próximo, restabelecendo a confiança dos cidadãos e dos territórios vizinhos e ser atractivo para os que cá estão e para todos os que o visitem. Lamego tem de ser mais agricultura, mais turismo, mais economia, mas ser igualmente capaz de capacitar o interesse empresarial externo. Lamego tem ainda de ser mais juventude e mais cidadania, devolvendo uma qualidade vida mais justa aos Lamecenses, criando dinâmicas sociais

e de saúde que permitam retroceder o isolamento social a que estão sujeitos os mais idosos. Estará sempre presente e atento na defesa do Concelho de Lamego, dos seus valores, mas, principalmente, na defesa das pessoas. Com, ou sem, funções políticas futuras estará sempre na linha da frente para afirmar Lamego e a sua identidade. Lamego precisa de mudar para ser mais.

A senhora **Maria Ascensão Bernardo Amaral** interveio, numa situação já de despedida, para falar de uma publicação, no Jornal “A Voz de Lamego” a 12 de setembro, da Junta de Freguesia de Lamego, a apresentar as suas contas, questionando-se a que título, quem o terá feito, quem pagou a publicação, porque se está a apresentar esta publicação numa altura de campanha eleitoral.

Dirigiu umas últimas palavras neste lugar, pois, como, para muitos dos presentes, este será o último dia em que se encontram nestas funções. Acredita que cada um dos presentes deu aqui o seu melhor em prol de todos os Lamecenses, saindo daqui com o sentimento de missão cumprida, liderados por dois homens como o Eng.º Francisco Manuel Lopes e o Dr. José António Carrapatoso Oliveira, que tudo fizeram para que Lamego voltasse à ribalta das cidades portuguesas. Quer deixar aqui ao senhor José António Carrapatoso Oliveira todo o reconhecimento, pela subida forma como conduziu os trabalhos da Assembleia, bem como agradecer a sua atitude isenta, imparcial, cordial e responsável tomada em todas as sessões da Assembleia a que presidiu, que tiveram lugar neste salão nobre, não obstante alguns momentos mais tensos e acalorados aqui se vividos. Muito obrigada ao senhor José António Carrapatoso Oliveira, bem como a todos os elementos que fizeram e fazem parte do executivo, aos Presidentes de Junta de Freguesia e demais membros municipais aqui presentes, por tudo quanto deram a esta Assembleia e ao povo lamecense.

Vivemos, nos últimos doze anos, sob a batuta do maestro chamado Francisco Manuel Lopes. A sua música foi iniciada em 2005, e as suas rotações, a velocidade, bem como a sua duração trouxeram-no até hoje, aproximando-se o fim do seu mandato. Foi, debaixo da sua mestria, ao som das suas músicas, que Lamego recebeu um novo fôlego, uma vida nova e diferente. A sua passagem nesta banda deixa marcas inegáveis, ficando para sempre, de tal forma que, ainda que as cordas partam e as músicas sejam tocadas de uma forma desafinada, jamais serão esquecidos os músicos que as fizeram. A sua capacidade de trabalho e visão dos problemas, a capacidade de organização, tenacidade, astúcia, humanidade, coragem, entre outras, foram e são um exemplo a seguir e a recordar. A sua intervenção nos diferentes níveis social, cultural, habitacional, desportivo, entre outros, deixa um cunho que, dificilmente outro mestre conseguirá ofuscar ou ultrapassar. Por muito que alguns tentem denegrir o seu trabalho nesta Câmara, jamais o conseguirão fazer, pois o produto final fala por si: O eixo barroco, o teatro, a recuperação do castelo, entre outras. Em nome da coligação “Todos Juntos Por Lamego” PSD/CDS, da qual foi o timoneiro, um bem-haja por ter estado à frente dos destinos desta cidade tão nobre e rica e pela obra feita.

O senhor **João Paulo Batalha Machado** afirmou que entrou nesta casa há vinte anos, fez quatro mandatos, fez um interregno, esteve como membro da Assembleia de Freguesia de Magueija, foram vinte anos de actividade política em que deu o seu melhor, nem sempre o conseguindo. Todavia, quer afirmar que muito aprendeu com as pessoas que aqui foram passando ao longo dos anos. Fez intervenções menos conseguidas, fez outras mais conseguidas, no entanto fez sempre as intervenções de acordo com a sua ideologia e de acordo com os seus valores, com a sua maneira de estar na vida. De qualquer maneira sai de consciência tranquila e, como dizia o Dr. Mário Soares, quando foi demitido no primeiro governo, onde disse que se sentia como um “pássaro a quem abrem a gaiola”, vai continuar na militância de base na política, sem cargo, sendo até muito bom não ter Assembleia, sendo só um cidadão de base, atento, sem compromissos com o povo e com os eleitores.

O senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** interveio para dizer que hoje é a última sessão da Assembleia Municipal do mandato, encerrando-se um ciclo político e a participação de muitos dos presentes neste órgão. Quase que poderia fazer suas as palavras do senhor João Paulo Batalha Machado, pois há mais de vinte anos que participa nesta Assembleia, sempre com o único objectivo Lamego. Agradece o respeito e a consideração que sempre lhe votaram. Mas não pode deixar de fazer um balanço deste ciclo político, preocupado, mas sem fazer desta Assembleia um palco de debate político de candidatura.

Afirmou que em 2009, na tomada de posse visitou o discurso que então proferiu e referindo-se aos resultados eleitorais de então, dando os parabéns à Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, disse que a Coligação estava a ser gerida da mesma maneira e pela mesma personalidade, dizendo que o rei ia nu. E essa afirmação, referindo-se ao líder, a toda a Coligação e a todos os membros que a sustentaram, continua a fazer, aqui e hoje, sentido. Esta coligação PSD/CDS deixa uma herança, deixa muita obra positiva, mas há muitos aspectos negativos. E o que importa aqui, é avaliar o positivo e o negativo, e fazer o balanço para os Lamecenses. Isto é o que cada um dos presentes, obrigatoriamente, tem que fazer. O Partido Socialista vem, desde sempre, a manifestar a sua opinião, sendo que o que resulta desta gestão é a grande desunião entre os lamecenses. Disse gostar de afirmar, olhos nos olhos, as suas posições e, nesta ponta final do último mandato, esta desunião transpareceu, inclusivamente, na maneira de conduzir e estar desta Assembleia, concretamente o seu Presidente. Foi uma maneira de estar legítima, como qualquer outra, tem o direito de o fazer, têm todos o direito de assumir as posições que bem entenderem na defesa do concelho. Tem a convicção que cada um dos presentes comunga da mesma preocupação, desde o senhor Presidente da Câmara ao último eleito da Assembleia Municipal, a preocupação de todos é fazer mais e melhor por esta terra. O que os distingue são as prioridades. E hoje, o balanço que se faz da gestão da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, PSD e CDS, é francamente, negativo. Há que confrontar a obra feita com o

custo da mesma e com a sua gestão financeira. Todos sabem, o senhor Presidente da Câmara e o executivo sabem bem, que essa não é a preocupação dos lamecenses. Teve o cuidado de auscultar e de saber por todo o Concelho quais eram os principais problemas e, de facto, as populações não se preocupam muito com a dívida de Lamego. Não é essa a preocupação principal, agora é importante que todos tenham consciência que a gestão da coisa pública tem que ser feita com decência, com transparência, com correcção, o que implica determinados valores, que em seu entender, não estiveram presentes neste período. Este é o balanço breve que não podia deixar de fazer, sem que isto seja entendido como tecer argumentos da campanha, que se iniciará no próximo sábado para todas as candidaturas.

Por fim agradeceu a todos que por cá passaram neste mandato.

Quer também associar-se à homenagem aqui feita aos primeiros autarcas eleitos após o 25 de Abril, pensando que também se poderia ter feito uma referência a todos os nomes, mesmo falecidos, das vinte e quatro freguesias que compunham o Município. Acha que todos são iguais, mas, também todos são diferentes. Obrigado pelo reconhecimento, pelo carinho, que lhe devotaram, muito, desde o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, a todos os funcionários, com certeza, não sendo campanha, a partir de um de outubro, estará noutras funções, estará nas funções que os lamecenses lhe quiserem atribuir.

O senhor **Constantino José da Costa Vaz** interveio, dizendo que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura disse que não vinha fazer campanha, mas fê-la muito direitinha. Pensou que o senhor Ângelo Moura, candidato a Presidente de Câmara, apresentasse aqui algumas linhas do seu programa, que vinha falar da Rotunda do Soldado Desconhecido, da feira, do investimento, que esta Assembleia aprovou, do quadro comunitário. Disse que a situação económica da Câmara não pode justificar que amanhã não haja investimentos no Concelho, não aproveitando o Programa 20-20, pois, esta Câmara, com um euro investiu três euros durante os três mandatos do senhor Eng.º Francisco Lopes. Aproveitou tudo o que podia dos fundos comunitários, em mandatos anteriores socialistas, não houve essa coragem nem capacidade. A situação financeira da Câmara não é, nem pode ser, desculpa para que isso não seja feito, Todos podem ver através do mapas que têm à frente, se verificarem o plano de pagamentos que têm vindo a ser feitos e de compromisso futuros, em 2021, com rigor nas contas nesta Câmara, o PAF estará sanado. O Município investiu nestes doze anos, mais de cento e trinta milhões de euros, uma média de investimento anual superior a dez milhões de euros. O Partido Socialista queria que não se fizesse obra, que não existissem todos os equipamentos construídos para a cultura, acção social, recuperação do Castelo e das Avenidas Visconde Guedes Teixeira e tudo isto.

Reafirmou que a situação financeira da Câmara não pode ser desculpa para qualquer dos candidatos, e o que assumir a presidência desta Câmara não pode desculpar-se com a situação financeira da Câmara. Só não se faz obra se não se tiver vontade

política, se não se tiver coragem, a coragem que tiveram as Câmaras lideradas pelo Eng.º Francisco Lopes. Quem o substituir tem que ter muita pedalada, pois substituir este homem vai ser muito complicado.

Disse que se está a fazer em Lamego uma baixa política, com um desrespeito total pelas pessoas. Dizem-se meias verdades, o que descredibiliza a política e os políticos, o que não se fazia no tempo dos senhores hoje aqui homenageados, quando a política era feita com honestidade e sinceridade, e as pessoas impunham-se pelos seus projectos e ideias. A política do “bota-abaixo” envergonha-o.

Disse que a Coligação “Todos Juntos Por Lamego” esteve sempre unida, debateu internamente os seus problemas, e quando o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura fala da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, devia olhar para o grupo municipal Partido Socialista, ver como começou e como se encontra neste momento.

Disse que vai ser um lamecense atento a nível concelhio e nacional; se calhar não voltará a estas funções, mas disse que teve muito gosto de, independentemente de divergências, em trabalhar com o Eng.º Francisco Lopes, e, este homem, vai ficar na memória dos lamecenses, olhem para o povo, que foi um homem que respeitou sempre as pessoas, sabe os seus nomes, teve sempre um sentido solidário, veja-se o que fez na acção social e na habitação, entre outras coisas.

Relativamente ao senhor Presidente da Assembleia, pessoa que conhece há muitos anos, teve muito gosto em trabalhar politicamente com ele, jogou sempre com toda a lealdade, nunca escondeu nada, confrontou-o, ganhando com isso muito respeito. Entende que o debate político tem que ser feito na hora e no momento. Quanto aos membros da Assembleia Municipal, agradeceu aos membros da Coligação o apoio e solidariedade que sempre lhe deram. Aos membros do grupo municipal do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, disse que o debate político que teve com os todos, foi de honestidade, defendendo, cada um, os seus pontos de vista, de forma mais ou menos acalorada, mas isto é a política, desenvolvendo a democracia.

Disse que, na primeira vez que esteve na Assembleia Municipal, há muitos anos, discutia-se mais a ideologia, debatiam-se mais os projetos, havia mais intervenção dos elementos da Assembleia, dos Presidentes de Junta de Freguesia, que eram dos mais activos. Todos devem ser críticos, deixa o recado a todos os Presidentes de Junta para que sejam exigentes na defesa das suas freguesias. Desejou saúde e sorte a todos os presentes nesta sala, e que os políticos vindouros tenham a clarividência de fazer o melhor pelo Concelho de Lamego.

O senhor **Presidente da Assembleia** desceu ao ambão, na qualidade de membro da Assembleia Municipal. Afirmou que toda a sua vida em Lamego foi dedicada a servir Lamego e a região como profissional de saúde, situação que ainda mantém com a regularidade habitual. Disse que em 2005 teve a honra de ser convidado para integrar este órgão, onde entrou sob a presidência do senhor Dr. José Mário Ferreira de Almeida, pessoa que hoje quer saudar, e do senhor Presidente da Câmara, de quem

se orgulha por o ter acompanhado durante estes doze anos. De todas estas Assembleias guarda, pelo menos, a certeza de ter criado com todos os membros da Assembleia, incluindo os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o secretariado, os funcionários da autarquia, uma empatia e uma amizade que quer sempre continuar a preservar, seja onde e quando for. Foi um privilégio ter estado com todos, será um privilégio se, no futuro, lhe concederem a sua amizade. Respeita o que cada um pensa, o que faz no trabalho e nas suas freguesias, bem como nesta Assembleia.

Quer referir a honra suprema que sente por, há seis anos, ter sido eleito, pela maioria dos membros da Assembleia Municipal de então, Presidente da Assembleia Municipal, cargo que desempenha com o grande orgulho de ser Lamecense.

Agradeceu aos membros desta Assembleia Municipal, que maioritariamente, tal como a população de Lamego em 2013, o reelegeram Presidente da Assembleia Municipal. Procurou e procura desempenhar o cargo, até ao último momento da sua última Assembleia, com isenção, mas sem escamotear as suas ideias, aquilo que sente e o que pensa ser o melhor para a Cidade e para o Concelho de Lamego.

Agradece à senhora Maria da Ascensão Bernardo Amaral e ao senhor Constantino José Costa da Vaz as referências que lhe fizeram, como agradece ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura as considerações que fez à sua pessoa. Podem acreditar que tudo o que fez, foi com isenção, na intransigente defesa dos interesses da sua Cidade e do seu Concelho, pois é um Lamecense convicto. E, se hoje alguma coisa lamenta, foi iniciar esta Assembleia com o voto de pesar que mais lhe custou na sua vida apresentar. Tinha pelo senhor D. António Francisco dos Santos, de quem ainda no sábado era médico pessoal, uma amizade absolutamente incomensurável, sentiu, como se calhar poucos, a sua perda, mas sentiu-a, para ele foi, extremamente doloroso, apresentar nesta sessão um voto de pesar. Como, para ele, é uma honra homenagear a sua memória, propondo ao executivo a proposta que espera que a Assembleia corrobore, de atribuição do seu nome a uma praça ou avenida de Lamego, com a simples frase Dom António Francisco dos Santos, Padre de Lamego e Bispo do Porto. Será a melhor homenagem que Lamego lhe pode prestar.

Reafirmou que tem a consciência de ter cumprido, o melhor que sabia e podia, o exercício da função de Presidente da Assembleia Municipal de Lamego. Servir Lamego, o Concelho e os Lamecenses foi o que sempre fez na sua vida. Procurará continuar a fazê-lo profissionalmente naquilo que gosta e sabe fazer; politicamente, fá-lo-á na função que os cidadãos de Lamego entenderem que ele, como político independente, deverá fazer. Exerceu a Presidência da Assembleia Municipal de Lamego com absoluta independência, mas assumindo que estava numa Coligação e que estava com o atual Presidente da Câmara. Luta e lutará para que o futuro de Lamego seja venturoso em todas as mais diversas vertentes, lutará contra a desertificação do interior, contra a perda de população. Lutará contra a falta de oportunidades de emprego, que leva a que os jovens tenham que abandonar a Cidade

e o Concelho. Lutará pela equidade nos direitos e oportunidades para a Cidade, para o Concelho e para as suas gentes, como o fez até hoje. Lutará pela manutenção de Instituições que são importantes nesta Cidade, como lutou pelo CTOE, pela PSP e Hospital de Lamego, que não é o hospital que Lamego quer. Quer mais, quer melhor. Lutar por essa equidade de direitos e oportunidades é um dever de todos. Dizer que Lamego nos últimos doze anos se modificou de uma forma absolutamente notável, sob a batuta do Eng.º Francisco Lopes, que retirou Lamego da letargia em que estava envolvido e pelo marasmo a que vinha sendo votado, que era evidente no atraso notório com os Concelhos vizinhos. Isso fê-lo e continuará a fazê-lo.

Repetiu que foi com muita honra e com muito orgulho Presidente desta Assembleia Municipal. Vai o seu penhor de gratidão para todos os lamecenses, Vai o seu penhor de gratidão para todos os membros da Assembleia Municipal. Foi com orgulho que acompanhou o senhor Presidente da Câmara, nestes doze anos, que revolucionaram o Concelho de Lamego com investimentos de grande montante, nunca antes efetuados neste Concelho, nunca concretizados até então. Agradece ao senhor Presidente da Câmara as palavras com que sempre o incentivou, agradece-lhe todo o trabalho que desempenhou para retirar a sua terra do marasmo, do esquecimento e da letargia a que estava a ser votado pelos anteriores executivos.

Deu o bem-haja ao ao senhor Presidente da Câmara pelo que fez por Lamego, estará aqui num lugar qualquer, os lugares não são importantes para continuar a pugnar pelos direitos de Lamego e dos Lamecenses. Poderá até vencer as eleições, mas tem a noção de que qualquer geringonça lhe pode tirar o lugar. Estará onde os Lamecenses e os membros da futura Assembleia Municipal quiserem. Muito obrigado, foi um prazer trabalhar com e para todos.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sande** informou o senhor João Pedro Ferreira Santos Melo que o orçamento das obras da Casa do Povo de Sande é de quarenta mil euros, conforme protocolo da Câmara Municipal de Lamego. Deixou o convite ao senhor João Pedro Ferreira Santos Melo para no próximo dia 17, pelas 16 horas, para a inauguração da requalificação da Casa do Povo de Sande.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer ao senhor Presidente da Assembleia que não há geringonça nenhuma que lhe tire o lugar que não tem. Após o dia um de outubro o lugar de Presidente da Assembleia terá que ser sufragado nesta Assembleia. Disse que subscrevia, integralmente, a primeira e a segunda parte da intervenção do senhor Presidente da Assembleia, entendendo que o eleito José António Carrapatoso Oliveira tem os mesmos direitos de qualquer membro da Assembleia, que o exerce neste lugar, como agora acabou de o fazer. Não entende que seja a mesma coisa quando está sentado naquela cadeira, porque, não obstante não ter sido eleito pelos votos de todos os membros da Assembleia, foi-o, obviamente, por maioria. Ao cidadão José António Carrapatoso Oliveira deve-se respeito, que terá que ser recíproco. O eleito José António Carrapatoso Oliveira trouxe, de novo, o

discurso da situação política do Município há doze anos, Estão volvidos doze anos sob a responsabilidade de uma Coligação com dois partidos, o PSD e o CDS; quando se referia à composição da bancada, não se estava a referir às ausências individuais. Aliás se ninguém, até hoje, perdeu mandato, significa que a Mesa entendeu, como justificáveis as razões alegadas por cada um. Nesta matéria referia-se ao cidadão eleito José António Carrapatoso Oliveira por uma coligação, que é completamente diferente da entidade pela qual agora se candidata. Tal como disse, se em vez de ser uma coligação, se tratasse de um partido político, legalmente incorria numa possibilidade de perda de mandato, que não é o caso.

Dirigindo-se ao senhor Constantino José da Costa Vaz relativamente às perguntas que lhe colocou, disse que nenhum dos presentes e nenhum dos Lamecenses, o viram, alguma vez, fazer baixa política, e não vem, perante esta Assembleia, apresentar o seu manifesto eleitoral, o que está a fazer nas reuniões e nos diálogos que mantem com os cidadãos desde há muitos meses, com reuniões e contactos múltiplos, e, em lado nenhum, fez qualquer acusação a nenhum membro eleito de freguesia, nem a algum membro eleito do executivo ou da Assembleia, sublinha executivo. Portanto, não entende o “vale tudo”, concordando com o senhor Constantino Vaz, quando diz que antigamente as coisas eram diferentes. Mas não eram tão diferentes assim, havia mais gente interessada na coisa pública, de forma mais desinteressada. A diferença é esta, embora ainda há muita gente que o faz do mesmo modo.

Afirmou que ninguém o ouviu, nem ouvirá, dizer que a situação financeira da Câmara será desculpa para não fazer aquilo que deve ser feito. Uma palavra de consideração ao cidadão Francisco Lopes, que não estará neste, ou em algum órgão, desejando-lhe a si e a todos que estão nesta situação, as maiores felicidades. O Município conta com a intervenção de todos, incluindo as pessoas que não estão nos órgãos autárquicos.

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra, para dizer que é com alguma emoção que inicia esta intervenção na sua última Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Lamego. Começa por uma referência ao desaparecimento de D. António Francisco dos Santos e ao voto de pesar aprovado por esta Assembleia, ao qual se associa enquanto Presidente da Câmara e enquanto cidadão. Conheceu o D. António Francisco dos Santos em 1988. No dia em que o foi conhecer, sabia bem quem era o D. António Francisco dos Santos, o Padre António na altura, por tanto ter ouvido falar dele à sua mulher, então namorada, que devotava um amor filial e uma admiração sem limites, tal como toda a geração de amigos de Cinfães, a quem o D. António Francisco dos Santos marcou profundamente. Nesse dia, em que ia conhecer um herói dos seus amigos, sabia que ia encontrar um anti-herói e um Amigo para a Vida. Assim foi. Sabe que, nesse dia, ficou no coração do D. António Francisco dos Santos, a amizade entre ambos cresceu sempre, nos bons e nos maus momentos, nos baptizados dos seus filhos, nas bodas de prata, no hospital, nos funerais de familiares até à semana passada. Pediu ao senhor Presidente da

Assembleia para incluir nesta ata um pequeno texto que ele tinha escrito para este momento e que de alguma forma traduz estas palavras que aqui queria deixar. D. António Francisco dos Santos encheu demais o seu coração, que não aguentou, na vida que escolheu. Todos o recordarão. Bem-haja D. António Francisco dos Santos e Paz à sua Alma.

Quer deixar outra referência aos primeiros autarcas de freguesia ainda vivos, aqui homenageados, e a todos os que, nesse ano de 1976, tomaram posse, que já não se encontram entre nós, deixando-lhes um profundo agradecimento na qualidade de Presidente da Câmara, reconhecendo aqui o trabalho difícil desenvolvido nesses tempos pelas Juntas de Freguesia, pela Câmara Municipal, cuja dedicação muitos mantiveram, até hoje, ao serviço da sua freguesia e do Concelho de Lamego.

Respondendo às questões colocadas, primeiro pelo senhor João Pedro Ferreira Santos Melo, quanto ao acompanhamento do fornecimento de refeições às crianças do jardins-de-infância e 1.º Ciclo, não há qualquer motivo para que não seja o mesmo que era prestado nos centros escolares, pelas pessoas que lá estavam antes, com as instruções para que a organização dos serviços seja exatamente a mesma. Tal como em relação ao pagamento das refeições escolares, decisão já tomada há vários anos, que se tem mantido, e não é uma medida discriminatória dos alunos de qualquer centro escolar. É uma medida discriminatória no sentido positivo dos centros escolares localizados em freguesias rurais que, por terem menos procura, precisam de incentivos à frequência. E o senhor João Pedro Melo, que esteve colocado na Escola de Cambres, sabe as dificuldades das escolas e centros escolares localizadas nas freguesias rurais para manter alunos, mesmo os alunos residentes nessas freguesias.

Em relação às atividades extra-curriculares que o senhor João Pedro Melo referiu, há, de facto, um problema absurdo, relativamente às atividades AECs do Agrupamento de Escolas da Sé. O executivo soube que o Agrupamento de Escolas da Sé decidiu entregar as atividades extracurriculares à União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões, e, quando isso aconteceu, falou-se com a DGEST, esta disse que a Câmara não apresentou candidatura, há anos que não o faz porque ficou acordado que a Câmara não apresentaria candidatura e os agrupamentos assegurariam a realização direta das AEC's. Se o agrupamento dissesse que não asseguraria diretamente a AEC's, a Câmara apresentaria a candidatura. A DGEST mandou a Câmara formalizar a candidatura, ainda que extemporânea está apresentada, e não há resposta. Mas há uma coisa que tem a certeza, a União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões não pode realizar AEC's no agrupamento de escolas da Sé, pois as Juntas são organismos de base territorial, e é absurdo que venha esta União de Freguesias à freguesia de Lamego fazer esta actividade. O Presidente da Junta de Freguesia de Lamego nunca devia consentir isso, a Câmara Municipal de Lamego não o consentirá esperando que o próximo Presidente de Junta de Freguesia de Lamego, eleito a um de outubro, tome, em relação a isso, a posição que tem que tomar. Mais disse que o

agrupamento decidiu atribuir as AEC's à União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, mas durante duas semanas vai realizá-las com meios próprios. Ora, se tem capacidade para realizá-las com meios próprios, nomeadamente com professores que estão em horário zero ou carga horária reduzida, o que é que justifica entregar às AEC's posteriormente àquela União de Freguesias, a não ser uma questão de favorecimento à mesma União, entregando-lhe um pacote financeiro que será gerido por aquela freguesia, para contratar professores, alegadamente a custo muito inferior, ao que o agrupamento ou a Câmara teriam que o fazer, ficando um diferencial para a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, para que, com isso, possa pagar a um funcionário administrativo que quer manter ao seu serviço. Isto é um absurdo, a Câmara Municipal, na próxima segunda-feira, vai voltar a discutir o assunto, propondo as medidas que se impõem para que esta situação seja corrigida.

Disse ainda que a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões já faz, indiretamente, através de uma empresa que é propriedade do seu Presidente António Rodrigues, os transportes da Unidade Multideficiência da Sé. A Associação de Freguesias deixou de fazer as obras nos centros escolares da Sé e de Ferreirim, tendo em seu poder uma lista das anomalias registadas naqueles centros escolares. Temos escolas bem mantidas, o Centro Escolar de Lamego e Penude estão em boas condições de funcionamento e manutenção, e a número 2 – CEL 2 e Lamego Sudeste – Ferreirim, estão num estado degradado. Desapareceram equipamentos, autoclismos, tampas de sanitas, máquinas mata moscas dos refeitórios e da cozinha, e desapareceram as loiças da cantina. É caso para dizer que as criancinhas do centro escolar de Lamego não partem um prato” e as criancinhas da Sé e do sudeste partem a loiça toda”. Isto não pode ter acontecido, as máquinas estão de lavar, de descascar, o fogão, a fritadeira, as arcas frigoríficas estão avariadas. Disse que, em relação a esta situação, a acrescentar à resposta solicitada do senhor João Pedro Santos Melo relativas às contas, disse que lhe foram apresentados noventa mil euros de dívida, que o Município se comprometeu a pagar, mediante a apresentação dum conjunto de bens e equipamentos que a Associação de Freguesias ficou de entregar e ainda não fez até agora. Como é que se chegou a esta dívida? Sabe que a Associação de Freguesias do Norte recebia valores proporcionalmente equivalentes, terminou com um resultado positivo, e a Associação de Freguesias do Sudeste acabou com resultado negativo, apesar de ter uma barraquinha nas Festas dos Remédios, desde há muitos anos, o Rancho de Magueija mantém uma barraquinha, nos Remédios há muitos anos, e, se a mantêm, é porque têm algum lucro. Mas, a barraquinha do Sudeste, pelos vistos, dava prejuízo, porque no fim não davam para pagar sequer as contas do talho. Esta é a situação com que a Câmara se confronta, mas que não vai afectar o funcionamento dos centros escolares e o apoio social e a qualidade das condições que se têm de disponibilizar aos professores e alunos para o processo educativo. Os serviços estão a tratar de reparar todas as anomalias, o pessoal e a organização do serviço mantêm, à

semelhança do que era realizado anteriormente, melhorando o que for possível. Em relação às AEC's aguarda uma resposta para se tomar a medida a seguir, que poderá levar o Município de Lamego a assumir a realização das AEC's ou o agrupamento fazê-lo directamente ou ir a outras instancias dirimir este problema.

No que concerne à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, subscreve integralmente a sua intervenção, que não é mais do que foi o seu programa de acção enquanto Presidente de Câmara estes anos. Tentar afirmar Lamego no contexto regional e nacional, que acha que conseguiu fazer, por múltiplas vias nos diversos órgãos, associações e entidades, onde o Município sempre teve posições de destaque. Também no investimento, na atenção às pessoas e às empresas, no reforço da cidadania, no estímulo e incentivo aos jovens, no apoio aos idosos, em todas as medidas aqui referidas, está perfeitamente em sintonia.

Respondendo à questão da senhora Maria Ascensão Bernardo Amaral, disse-lhe que não o preocupa a notícia no jornal, que foi distribuído por mailing nas caixas do correio da cidade. Mas sabe, olhando para as contas de 2016 da Junta de Freguesia de Lamego, que o volume financeiro foi de trezentos e oitenta e nove mil euros, o que se multiplicar por quatro anos, dá um milhão quinhentos e cinquenta e seis mil euros. O senhor Presidente da Junta diz que pagou quinhentos e oito mil euros de dívida, se pagou dívida atrasada, muita com anos, fez muito bem. O que o preocupa é o que fez ao milhão e quarenta e sete mil euros que lhe sobrou. Não se vê, na Junta de Freguesia, qualquer atividade que justifique esse milhão de euros gastos nestes quatro anos. Salvo se começar a escarpelizar o assunto, pois o Presidente da Junta custa trinta e três mil, duzentos e dezassete euros à Junta de Freguesia. Como funcionário da Câmara em 2012, custava catorze mil, duzentos e três euros.

Em termos de receitas tem-se uma Junta de Freguesia que é a segunda entre as duzentas e vinte e cinco freguesias do Douro. Vila Real tem dezassete mil habitantes e Lamego doze mil habitantes, é a segunda, todas as outras são mais pequenas. A Câmara Municipal de Lamego fez um reforço para a Junta de Freguesia de Lamego de oitenta e quatro mil euros por ano, protocolo entre a Junta e a Associação de Freguesias do Norte para ter camioneta, para ter funcionários pelo Centro de Emprego, já que a Junta de Freguesia está inibida de ter bens móveis e imóveis e apresentar candidaturas e receber dinheiros. Cento e onze mil euros ano para competências, todos sabem quais são porque foram aprovadas nesta Assembleia, manutenção de bermas e valetas, apoio às coletividades locais, apoio às festividades. Vendo o relatório de contas da Junta de Freguesia de Lamego, vê-se arruamento e viação local – oito mil quinhentos e trinta euros, numa verba de cento e onze mil euros; despesas de representação – mil e oitocentos e catorze euros; consultadoria – ao Dr. Silvério, Presidente da Associação de Freguesias e número dois da Lista do PSD – seis mil setecentos e sessenta e dois euros; publicidade – dois mil setecentos e vinte e cinco euros; ou seja, a Câmara deu à Junta de Freguesia de Lamego dinheiro para

limpar bermas e valetas e gastou oito mil e quinhentos euros, sendo que nestas “coisinhas” onze mil duzentos e noventa e um euros. Uma reflexão final sobre o pagamento de dívida.

Respondendo ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, disse-lhe, como é professor, sabe bem como se faz um processo de avaliação. Disse que foi, enquanto Presidente de Câmara e projecto político da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, avaliado três vezes consecutivas em eleições autárquicas e, nas três vezes a Coligação teve um resultado positivo maioritário. Então o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, como professor, quer chumbar, no final do ano, um aluno que nos três períodos teve uma avaliação positiva e, no segundo período, quase rebentava a escala. Não o pode fazer. O resultado destes três mandatos e do projeto da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” é francamente positivo para a grande maioria dos lamecenses e esse vai ser o resultado final deste período de mandato a que teve a honra de presidir.

Passando aos agradecimentos finais, agradeceu a todas as pessoas que aqui fizeram intervenções, se referiram à sua pessoa, senhora Maria Ascensão Bernardo Amaral, ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, ao senhor João Paulo Batalha Machado, ao senhor Constantino José da Costa Vaz, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Afirma que foi um privilégio trabalhar com todos, com todos os executivos, com a Assembleia Municipal, o senhor José Mário Ferreira de Almeida, os Vereadores dos três mandatos, os Presidentes de Juntas de Freguesia, todos sem exceção, mesmo aqueles com quem teve confrontos difíceis, onde, cada um, convictamente, defendia o que entendia ser a defesa dos interesses do Município ou da Freguesia. A todos os membros da Assembleia Municipal, aos funcionários e aos Lamecenses em geral agradece reconhecido. Fiz, por Lamego, o melhor.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que estava encerrado o período “antes da ordem do dia” mas, lembrou que apresentou uma proposta de atribuição do nome D. António Francisco dos Santos, pensa que é dispensável a discussão, questionando a Assembleia se a recomenda ao Executivo, tendo-a colocado à votação, sendo a mesma aprovada, por unanimidade e aclamação.

03- ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2017

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberação: Aprovada por maioria, com trinta votos a favor e duas abstenções, estas por não terem estado presentes na referida sessão.

04 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para se referir à reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro, que mostra bem a importância de Lamego no conjunto das entidades supra municipais de que faz parte, presidindo a diversas instituições, fosse no órgão executivo ou na Assembleia intermunicipal. No caso da CIM Douro foi, para si, um privilégio ter sido Vice-Presidente e Presidente nos dois últimos mandatos, enquanto organismo de articulação e intervenção supramunicipal na região do Douro. O aniversário do CTOE, dia da Unidade, representando aqui a cooperação institucional, a presença constante do Município junto das entidades, associações e coletividades do Concelho de Lamego, e, especialmente no caso do CTOE, tem como resultado a manutenção da Unidade Militar em Lamego e a existência dum plano de reinstalação, a desenvolver ao longo de oito anos, dando a certeza de que os rangers continuarão a ser rangers de Lamego.

A Banda Marcial de Cambres e a entrega da Medalha de Ouro da Cidade de Lamego, representa a importância e atenção dada às Bandas Filarmónicas, ao Museu de Lamego, que comemorou o centenário, mereceram do executivo a maior atenção.

Participação do Comité das Regiões, pertencendo ao restrito grupo de autarcas que o integram na Europa, onde hoje se discutem as regras e o apoio que virá para Portugal em cada dos quadros seguintes, tratando-se já do pós 2020, deu-lhe o privilégio de participar nas reuniões do Comité e foi efectivo na Comissão de Ambiente.

Na tomada de posse do Diretor do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, pois a educação foi sempre uma das prioridades desta Câmara, no respeito pela autonomia dos agrupamentos, numa parceria forte com as Juntas de Freguesia, e com as Associações de Freguesia, mas nunca deixando de assumir as responsabilidades e competências próprias ou delegadas em matéria de educação, que reporta de fundamental para a qualificação das crianças e jovens e para o seu futuro.

A solidariedade, relativa ao apoio da Fundação do Benfica às vítimas da pirotecnia de Lamego, uma tragédia que se abateu sobre várias famílias numa empresa deste Concelho, que a Câmara tem acompanhado de forma solidária, com apoio direto e com o envolvimento e empenhamento de muitas entidades, destacando os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, nomeadamente, de Ferreiros de Avões, Avões e Penajóia, que continuam, até hoje, a acompanhar as famílias, bem como a Paróquia, nomeadamente o Padre Silvestre, que já libertaram a conta solidária, aberta na altura e que terminou a 31 de agosto, com quase oito mil euros, já entregues à família.

Relativamente à Beira Douro, desenvolvimento local, a participação e colaboração do Município, juntamente com outras entidades públicas e privadas, com os Municípios da região do Douro Sul, nesta importante associação de desenvolvimento local. Integrou os órgãos da Beira Douro, como Tesoureiro, durante os três mandatos, e exerceu as funções de Presidente da Autoridade de Gestão, organismo que, dentro da Associação aprova as candidaturas do PRODER e agora do PDR.

Inauguração do Núcleo Arqueológico do Bairro do Castelo, a história e o património desta cidade, aquilo que é esta cidade, o caminho que fará no futuro, com base na sua história, tão rica e que a Cidade tem o orgulho de ostentar.

Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Lamego, instituição muito antiga da cidade, muito respeitada, é das entidades que mais colabora com o Município, o seu braço armado para a proteção civil. A Câmara dá aos Bombeiros muito apoio logístico e financeiro, mas recebe sempre em dobro a disponibilidade e capacidade de ajudar a resolver os problemas que vão surgindo.

Recepção ao Grupo Folclórico da Casa de Viseu no Rio de Janeiro, a cooperação internacional no apoio às entidades e coletividades para manterem relações a nível com outras instituições congéneres, o apoio à comunidade portuguesa na diáspora, com gente espalhada pelo mundo, que continua a dançar e a cantar o folclore, e a vir à região beber às raízes, para manter, no mundo, a típica Portugalidade e Saudade.

As Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, um dos momentos mais altos da vida desta comunidade. Todos os anos se prepara e embeleza a cidade para receber milhares de visitantes e para que a Nossa Senhora dos Remédios possa sair em procissão pelas suas ruas da cidade, onde milhares de pessoas aguardam a sua chegada. Este é um momento de fé para os que acreditam, e é um momento importante na vida social e económica da cidade. Procurou-se sempre dignificar estas celebrações, procurou-se que a conjugação entre o religioso e o profano pudesse ser compaginada num programa que associasse as duas componentes, e, de forma paulatina, se fosse modernizando e adaptando a um estilo de vida muito diferente daquele que, há dezenas de anos, se vivia na romaria.

Presença na Tertúlia das Artes e das Letras, neste salão nobre municipal, para demonstrar a abertura permanente desta casa, a todas iniciativas e entidades. que encontram aqui a casa de todos os lamecenses,

Aniversário da Federação Portuguesa de Minigolfe, aqui vai uma palavra para o desporto. Lamego foi recentemente distinguida, mais uma vez, com o galardão de Município amigo do desporto, a Câmara orgulha-se dos clubes e coletividades que praticam, promovem, competem em provas desportivas nos diversos níveis, local, regional e nacional. Apoia com instalações, financeira e logisticamente, estimula o desenvolvimento e actividade permanente dirigido às crianças, aos jovens, aos atletas de nível competitivo, aos seniores, idosos, para que tenham estilos de vida saudável e possam envelhecer altivamente, com qualidade de vida.

Disse ainda que, foi para ele a maior honra da sua vida ter presidido à Câmara Municipal de Lamego durante doze anos. Nesta última intervenção, quer dizer que, dentro deste privilégio que os Lamecenses lhe concederam, com a realização de milhares de grandes e pequenas obras por todo o Concelho, mas, embora seja importante realizar obras, se pintasse o mapa do Concelho com o conjunto de intervenções feitas nestes doze anos, encontrava-se um Concelho bem marcado, de

uma forma homogénea, por um conjunto de investimentos do Município, levados a cabo em parceria com as Juntas de Freguesia, com IPSS's e outras entidades associativas ou públicas do Concelho, com investimentos privados, especialmente nas áreas da hotelaria, dos produtos regionais e da agricultura e fruticultura. Foram centenas de milhões de euros investidos da parte do Município, o senhor Constantino Vaz chegou a cento e trinta milhões de euros, ele só chegou a cento e vinte e cinco milhões, mas falta-lhe uma parte de 2017. Mais de cento e vinte e cinco milhões, dos quais vinte e cinco milhões de euros investidos nas freguesias, e transferidos para as associações e juntas, cerca de dezassete milhões de euros. Deste investimento pode-se dividir em capitais próprios da Câmara Municipal, cerca de trinta e oito milhões de euros, num acréscimo de endividamento, vinte e seis milhões de euros e em fundos comunitários cerca de sessenta e dois milhões de euros, ou seja, metade do investimento efetuado, ao longo destes anos pela Câmara Municipal de Lamego nas acessibilidades, todas as acessibilidades que foram feitas, a EN2, EN226, Avenida Egas Moniz, Avenida Afonso Henriques, Avenida 5 de Outubro, Largo do Ribeiro, os estacionamento, mais de setecentos lugares de estacionamento que foram criados na cidade, desde as Fontainhas, Almacave, Desterro, Sé, junto à central de camionagem e posto de turismo. Todas as obras de regeneração urbana, eixo barroco, bairro do castelo, intervenção notável, com a reabilitação de edifícios emblemáticos, com a abertura ao público de dois dos mais importantes monumentos, o castelo e a cisterna, com dezenas de milhares visitantes, os estudos arqueológicos que ajudam a melhor compreender a história da cidade de Lamego. Aproveitou para agradecer à senhora Maria Leonor Costa e Família, a cedência daquele elemento tão bonito que está, estrategicamente exposto na porta envidraçada do núcleo arqueológico, que conta uma boa parte da história da cidade de Lamego no período romano. Todos os investimentos feitos na área da educação, a carta educativa aprovada nesta Assembleia, que se levou a cabo e precisará de ser revista já no próximo ano. É o desafio que aqui deixa, a construção dos centros escolares, a requalificação das escolas, dos jardins-de-infância, a criação de condições mínimas, nem que se seja em termos de conforto térmico no Inverno. Todos os apoios sociais e a escola a tempo inteiro, em que se investiu tanto, para estimular os jovens a ter filhos, porque sabem que vão ter creches de qualidade, vão ter enxoval bebé e apoio de pagamento á creche até aos três anos, e quando as crianças entrarem nos jardins-de-infância ficam a cargo da Câmara, em escolas de qualidade, com ensino de qualidade e horários alargados, com apoio social, com prolongamento de horários, com salas de estudo, com tudo o que é importante. O apoio social, a construção de habitação social, as cantinas sociais, o apoio às IPSS's para a construção de lares da 3.^a idade, como foi Penude. ou Portas Prá'vida, no caso de apoio à deficiência, os centros de dia, do centro diocesano, da Agir, várias outras intervenções para apoiar as instituições.

A colaboração na recuperação do património lamecense, Lamego tem património religioso impar. A intervenção no Santuário dos Remédios, especialmente no escadório, foi fantástica, quer em termos cénicos quer em termos de manutenção. Colaboração com a misericórdia, a recuperação da Igreja da Chagas, com a Diocese na recuperação da Igreja do Desterro e nas obras da Sé Catedral, no âmbito da Rota das Catedrais. Tem aqui o orgulho de mostrar que se empenhou na recuperação do património herdado dos antepassados e no seu aproveitamento em novas atividades, nomeadamente turísticas, que serão parte do futuro da cidade e do Concelho.

Destacou a dinâmica dos empresários, com novos hotéis, Lamego tem a maior e mais qualificada oferta hoteleira da região do Douro, o que o orgulha. Procurou estar sempre junto das pessoas, com as freguesias, sempre com o objectivo comum de fazer com que as freguesias continuem a manter as suas gentes, que mantenham actividade económica e ali possam viver com mais qualidade. Investiu-se muito nas freguesias, em colaboração com as Juntas, fizeram-se múltiplas obras, desde repavimentações, manutenção de capelas e igrejas, construção ou ampliação de cemitérios, capelas mortuárias e arranjos e beneficiações diversas, com o objectivo da melhoria da qualidade de vida das populações, no território que se quer homogéneo e desenvolvido. É evidente que a cidade de Lamego tem outras necessidades, e, por isso, aqui investiu-se com uma dimensão investimento que lhe dá maior visibilidade. Fica para o futuro um conjunto enorme de investimento, projectos que quis levar a cabo e que, por falta de tempo ou de dinheiro, não foi possível, como Academia das Artes na atual Biblioteca, a nova Biblioteca Municipal no Solar dos Pinheiros de Aragão, as obras da Escola Latino Coelho, a começar brevemente, e que incluirá a sua promessa de volver à cidade e aos Cracks Clube o antigo Campo do Liceu, agora dotado de relvado sintético, para futebol de sete para as camadas jovens.

A reforma administrativa vai permitir que as freguesias tenham espaços do cidadão, para que as pessoas tenham um conjunto de serviços, que não têm que procurar na cidade. A cidade terá, com a reformulação do atendimento ao público, melhoria das acessibilidades a deficientes com acesso direto ao exterior e um conjunto de serviços, nomeadamente a renovação da carta de condução, o que falta em Lamego.

Os projetos do PEDU, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que lamenta que não tenha sido possível discutir nesta Assembleia, já com a pré-proposta do executivo para esses projectos, que estão adjudicados e terão que ser candidatados até 31 de Dezembro, para ser executados até 2021. Tem esperança que esse projeto venha complementar as intervenções já feitas no âmbito do projeto “Viver Lamego” e que marque a cidade de Lamego para os próximos vinte ou trinta anos. Este é um desafio que deixa a quem, a partir do próximo mês de outubro, liderar os destinos da autarquia. Procurou sempre defender os serviços públicos instalados em Lamego. Lamego precisa de serviço para a sua população e para a população do Douro Sul e para quem visita esta cidade. O Estado tem que olhar para Lamego com o respeito

que uma cidade com esta dimensão e centralidade merece, e por isso se debateu sempre por todo o tipo de serviços, grandes ou pequenos, o Instituto de Reinserção Social, a Autoridade das Condições de Trabalho, o Serviço de Recrutamento Militar, o Centro Europ Direct, o Ponto Já, que possa ficar em Lamego. Também se fizeram travaram grandes batalhas pelo hospital, pelo Tribunal, pela PSP e pelo CTOE, para que, o que é a base do serviço que Lamego prestou sempre ao Douro Sul, se possa manter nesta cidade.

Aceitaram-se algumas prendas do Governo, que pesam um bocadinho mas são necessárias, como o Complexo Desportivo de Lamego, obra que onerou bastante a Camada, que pesa no orçamento, mas que se justifica face ao serviço que presta a um conjunto alargado de clubes desportivos da cidade, e ao potencial futuro de continuar a receber estágios e eventos, que se organizam na cidade, que a Câmara apoiou, porque não só organiza, mas também catalisa. O Município faz com que as coisas aconteçam. Mas há um sinal que tem que ser mantido, a Câmara deu sempre esse sinal, apostando nas tradições, nomeadamente o apoio ao entrudo e com o Museu do Entrudo. A Semana Santa, com o apoio à Misericórdia, na realização da celebrações da Semana Santa, a queima dos judas em Lalim, o 3 de Maio, a feira de Santa Cruz, a Feira da Bôla, a Montra da Cereja, o Festival de Gastronomia, o apoio às Festas de São João, a Feira Medieval, buscando a história antiga, em que Lamego era uma cidade, como é hoje, de importância nacional. Tem a certeza que foram obras que os Lamecenses viram como prioritárias e benéficas para o Município, que mudaram a face física da cidade de Lamego, que ajudaram a mudar as mentalidades dos Lamecenses, abrindo-os ainda mais ao Mundo, porque Lamego foi sempre, na sua história, uma cidade aberta e olhando para a sua cidade com mais orgulho e auto-estima, orgulho com que ele olha para Lamego. Está imensamente reconhecido a todos os Lamecenses, a esta Assembleia Municipal, aos Vereadores e membros do Gabinete que o acompanharam nestes doze anos, a todos os funcionários da autarquia, aos senhores Presidentes de Juntas, atuais e passados, concluindo afirmando que foi um privilégio enorme ter trabalhado com todos. Bem Hajam.

Interveio o senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo**, para pedir um esclarecimento em relação às festas de Nossa Senhora dos Remédios. No final das festas é costume retirar-se todos os materiais que estiveram para as iluminações. Foram retiradas nos últimos três anos, há quatro anos não, este ano, ano de eleições continua cá, para servir determinado partido político às eleições autárquicas. Serve apenas um partido que se encontra a gerir a Câmara, pergunta porque não está ao dispor de todos os partidos candidatos. Será que houve um acordo prévio com a empresa que coloca a iluminação, pagam a colocação daquelas estruturas? Ou é gratuito?

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** interveio para perguntar ao senhor João Pedro Ferreira Santos Melo se era o porta-voz das outras candidaturas, estava à espera que alguém falasse disto, mas se tiverem algum

interesse em pagar as faturas da publicidade do CDS/PPM, está aberto para receber esses donativos. As outras candidaturas podem fazer o mesmo caminho que a Coligação CDS/PPM está a fazer, mas não podem insinuar que há dinheiros públicos nessa publicidade, isso é que não.

O senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para colocar algumas questões e esclarecimentos, sobre a intervenção do senhor Presidente da Câmara, que fez uma apreciação genérica. Nomeadamente ao estado depreciação que estão a sofrer os centros escolares, a Assembleia precisa de saber se este processo se iniciou a partir do mês de maio, ou se já vinha dos anos anteriores esse estado de abandono e essa realização de obras, que não eram feitas no centro escolar de Ferreirim? Foi só a partir do momento em que as “comadres de zangaram”?

O mesmo se aplica à questão dos dinheiros da Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé), face aos números que o senhor Presidente da Câmara aqui apresentou. Se bem entendeu, o senhor Presidente da Câmara diz que, nos últimos doze anos, do dinheiro do executivo foram gastos trinta e oito milhões. Trinta e oito milhões, a dividir por doze anos, dá cerca de três milhões por ano de verbas do Município. Pergunta ao senhor Presidente da Câmara o que é que foi feito do resto dos milhões de euros que constituem a conta de gerência do Município.

Quer, relativamente às obras de requalificação da Escola Latino Coelho, a começar em breve, saber a razão do atraso da obra.

Outra questão prende-se com as festas da cidade, qual é o valor, se é que está apurado, total gasto nas festas da cidade. É inequívoco que as Festas de Nossa Senhora dos Remédios, a Romaria de Portugal, têm um potencial, que mais nenhum outro município tem, e terá que ser necessariamente um factor de diferenciação no futuro. Mas precisa de se fazer de forma sustentada e evolutiva, e não andar dois ou três anos com carências de animação, e depois, num dado ano, faz-se tudo. Aliás, se não é por razão eleitoral, gostaria de saber que critério levou este ano, a andar a distribuir medalhas por “atacado” a doze associações nos últimos dias, transformando o senhor Presidente da Câmara no distribuidor de medalhas, agraciando associações que já deviam ter sido agraciadas em tempo próprio. Pergunta também que critério presidiu à atribuição das sedes às diferentes associações e às celebrações dos contratos de comodato que, com pompa e circunstância, vai celebrar o Município. O contrato de comodato não é celebrado com o senhor Presidente da Câmara, mas sim com o Município. Tem um convite para assistir, com pompa e circunstância, à celebração de contratos de comodato, não feitos ao longo dos últimos doze anos.

Fez uma apreciação geral, agradece, em nome do seu grupo municipal, as palavras, fica estupefacto com o testamento que deixou, já aplaudiu muitas das obras que lá estão. Todavia, disse ao senhor Presidente da Câmara que essa herança ninguém a quis, o seu principal parceiro, que efectivamente o elegeu, o PSD, não a quer receber, vêm com um “novo rumo”. Não vai fazer política, e também não sabe se o novo

parceiro ao qual o senhor Presidente da Câmara aderiu, e de cujas listas consta, também não sabe se a vai querer receber, porque, por aquilo que publicamente lhe fazem chegar, com excepção, faça-se justiça, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao candidato à Assembleia Municipal, que subscreve e aplaude essas obras, essa herança, não vendo em mais momento algum, quererem receber essa herança. E, claro que em matéria de avaliação, o senhor Presidente da Câmara tem toda a razão, com a inteligência que o caracteriza, não é só o terceiro período e não só a avaliação contínua, é que depois, no exame final, o seu projecto não foi sufragado. Vai ficar na expectativa se algumas das candidaturas o vão querer assumir, , esperando que estas questões sejam esclarecidas. Solicita a resposta, por parte do senhor Presidente da Câmara, apenas às questões concretas.

Quanto à questão das prioridades, teve a preocupação de ouvir os Lamecenses nos seus locais de residência, em meados deste ano andaram voluntários pelas freguesias, no porta a porta, ouvindo apenas as preocupações dos Lamecenses. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse-lhe que nas freguesias rurais, a principal queixa que fizeram as pessoas, foi o abandono a que foram votadas. E um aspeto que tipifica as prioridades do executivo da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” é a aposta do turismo. O senhor Constantino José da Costa Vaz, várias vezes, encheu a boca nas intervenções do senhor Presidente da Câmara, com questões pequeninas, como, por exemplo, o estado de conservação da Fonte do Espírito Santo e da Fonte do Lamego, está-se a falar da água, fonte de vida, que está no abandono que está. Isso tipifica as prioridades do senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões**, relativamente à questão formulada pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, em relação às Associações. Quem não deve não teme. Sobre o estado em que se encontram os centros escolares, dos quais a Associação de Freguesias do Norte fazia a gestão até 30 de junho, quer o centro escolar n.º 1 e o centro escolar de Penude, têm sido elogiados pelos técnicos da Câmara pelo bom estado de conservação em que se encontram, isto orgulha-os, porque fizeram das escolas as suas casas, e era de dinheiros públicos que se tratava. Disse que foi decidido pelos Presidentes de Junta que todos os bens materiais que eram pertença da Associação de Freguesias do Norte, seriam entregues à escola e não ao Município. Decidiu-se que seria escola/edifício, porque todos os materiais da escola n.º 1 ficaram no centro escolar n.º1 e todos os materiais que se encontravam em Penude, ficaram na escola de Penude. Tem-se toda essa informação e inventário, tudo discriminado para ser entregue ao coordenador do estabelecimento, sempre fizeram o acompanhamento, até 30 de Junho, das instalações. Toda a louça e os equipamentos que existiam, sendo a Associação a suportar essa despesa, nomeadamente nos tachos, pratos e talheres, conforme foi referido pelo senhor Presidente da Câmara. Pela Associação, em termos de obras e infraestruturas no centro escolar n.º 1, foram gastos cerca de

setenta e cinco mil euros em obras, nomeadamente na construção do coberto, do bar e manutenção de todas as salas e equipamentos. A Associação de Freguesias do Norte decidiu deixar ficar tudo para a escola.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder primeiro ao senhor João Pedro Ferreira Santos Melo. Disse-lhe que desde 2009 que a Coligação “Todos Juntos Por Lamego” utiliza as estruturas das Festas dos Remédios para a sua campanha eleitoral, e desde de 2009 ficou esclarecido que o aluguer dessas estruturas era pago, e que as mesmas estavam disponíveis para outras candidaturas que o entendessem. Foi essa a manifestação que a empresa, na altura, fez e se mantém até hoje. Há centenas de arcos de iluminação na cidade, era questão das candidaturas escolherem os arcos e, seguramente, nas mesmas condições em que a Coligação aluga, as outras candidaturas também o podiam fazer. Se o senhor João Pedro Ferreira Santos Melo, verificar nas contas de campanha da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” de 2009 e 2013, existem lá o aluguer dessas estruturas. Este ano, está seguro, será igual.

Respondendo às questões do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, relativamente à situação dos centros escolares, situação que se vinha a verificar há algum tempo, e é o resultado acumulado dum conjunto de inações perpetradas pela Associação de Freguesias do Sudeste, que vinham a ser acompanhadas pelo Município de Lamego, e se foram acentuando exponencialmente nos últimos tempos, especialmente no centro escolar de Ferreirim, que foi, aparentemente, ostracizado de forma voluntária, comparativamente com o comportamento da mesma entidade no centro escolar n.º 2. Portanto, para as duas escolas a cargo da Associação do Sudeste, havia um tratamento diferenciado, entre ambas, mas, nas duas, o resultado prático, em termos de manutenção e de cuidado com as instalações, foi diminuto.

Quanto à questão da Junta de Freguesia de Lamego, é obvio que a Câmara faz o acordo de execução de competências delegadas, que a Lei prevê, com as freguesias, fez um acompanhamento da execução das competências delegadas, que tem uma grande margem de flexibilidade, ou seja, ele próprio, sempre entendeu, porque há dentro do Município e do executivo municipal, pessoas que não têm o mesmo entendimento, que se delegando um conjunto de competências, atribuindo-se um pacote financeiro, tem que se dar alguma margem, para que cada uma dessas entidades exerça as competências de forma diferenciada, adaptando-a ao lugar, às necessidades e às prioridades de cada freguesia. A não ser assim, se fosse para ser executado de forma uniforme e homogénea em todo o Concelho, a Câmara não delegava e exercia diretamente. Há freguesias para quem a limpeza de bermas e valetas é o assunto mais importante e há outras para quem esta limpeza tem um peso menos significativo, havendo outros aspectos da vida da comunidade que são mais importantes e igualmente delegados. Não está a desculpar-se ou a dizer que a Câmara não fiscaliza o exercício das competências delegadas. Afirmo que deixa que os senhores Presidentes de Juntas, dentro duma larga margem de tolerância, as

exercçam no interesse das suas populações, sabendo que vão responder por esse exercício de competências. A Câmara não vai olhar anualmente para as contas das freguesias, não vai fazer as contas que ele aqui fez em relação à Junta de Freguesia de Lamego todos os anos. Nas contas da freguesia estão as verbas que o Município transferiu. Se as despesas correntes foram gastas em despesas correntes, se as despesas de capital foram gastas em despesas de capital, se gastaram em arruamentos o previsto para arruamentos, se gastaram dinheiro na manutenção de equipamentos desportivos, acha que isto faz parte do acordo que, com base na confiança mútua, é feito entre Município e a Freguesia. No caso da Junta de Freguesia de Lamego entende que se verifica uma violação grosseira do acordo celebrado de delegação de competências, posto que, grosso modo, 10% da verba que é transferida anualmente, que é alocada, cruzando as situações, o abandono a que foram condenadas as localidades rurais da freguesia de Lamego: Medelo, Alvelos, Aldeia de São João, Souto Covo e São Martinho do Souto, chegou-se à conclusão de que uma única assessoria na Junta valeu mais e custou mais dinheiro do que o serviço prestado à população de todos esses lugares rurais da freguesia. Isto implica, da sua parte, a assunção de algumas culpas e responsabilidades, dentro da regra que estabeleceu, da margem da flexibilidade, da confiança, tem essas responsabilidades, que assume, mas que não deixa, depois de as assumir, de salientar que não se dá por satisfeito com o resultado, que está aqui a denunciar.

Em relação à diferença entre o que disse serem os fundos próprios da autarquia e o valor das contas de gerência, de facto tem-se na Conta de Gerência da Câmara Municipal, execuções, desde dezassete milhões em 2005, até um máximo, de quase vinte e nove milhões em 2009. Essa diferença dos três milhões para esse montante, também a referiu, provem do acréscimo de endividamento, cerca de vinte e seis milhões, e dos fundos comunitários, ou seja, se somar o total dos capitais próprios libertos que se conseguem afectar ao investimento, do acréscimo do endividamento e dos fundos comunitários, chega-se ao tal valor dos cento e vinte e cinco milhões de euros, que foi o valor de investimento direto do Município, mais Lamego ConVida e Lamego Renova, que está hoje incorporado nas contas do Município.

Relativamente à Escola Secundária Latino Coelho, o processo está para visto do Tribunal de Contas, que pediu esclarecimentos, alguns meramente processuais, relativos à tramitação do concurso, que pensa serão pacíficos. Pediu uma coisa que achava seria complicada, que era o cabimento e o compromisso do lado do Ministério da Educação, relativo aos 7,5% que eles vão pagar da empreitada. Curiosamente, o Ministério da Educação mandou o compromisso, ou, pelo menos, mandou um email a dizer que eram os documentos solicitados pelo Tribunal de Contas, ainda não os viu, mas mandou-os para o senhor Dr. Nelson Martins, Chefe de Divisão de Finanças e Património, para os remeter ao Tribunal de Contas. Existem as condições para que, rapidamente, venha o visto do Tribunal de Contas e a obra possa ser consignada e ter

início, sendo que estão a ser feitas reuniões preparatórias para arrancar com as obras de forma faseada, devidamente consensualizada com a direção da escola, para causar o mínimo impacto de funcionamento do ano lectivo, procurando que as obras possam terminar em agosto do próximo ano, para que o início do próximo ano letivo, se faça na escola renovada. Se for convidado, gostaria de estar presente na cerimónia de inauguração daquela escola.

No que concerne às festas de Nossa Senhora dos Remédios, elas custam entre trezentos a trezentos e cinquenta mil euros. São contas difíceis de fazer, porque há um conjunto de logística, que também custa dinheiro, cujas requisições vão sendo feitas e muitas vezes sem a referência às Festas, sendo depois preciso fazer essa filtragem. As festas de Nossa Senhora dos Remédios são muito importantes na vida da cidade, devem ser objeto de ordenamento mais eficaz e de mais investimento. Mas as festas têm que ser profundamente remodeladas. Deixa aqui uma proposta que já fez, numa comissão que se constituiu há anos atrás. As festas de Nossa Senhora dos Remédios, para serem umas grandes festas, com uma participação massiva da população e de visitantes, têm que ter a procissão do Triunfo mudada para o domingo mais próximo do dia 8, a Batalha de Flores no sábado à tarde e a Marcha Luminosa na sexta-feira à noite. Considera que não há aqui nenhuma falta de respeito pela tradição e, muito menos, por Nossa Senhora dos Remédios, a Padroeira da Cidade de Lamego, dado que no dia 8 de setembro, feriado municipal, continuaria a haver espaço para a celebração religiosa. Acho que se devia compaginar muito bem esta situação e fazer festas mais curtas, mas muito mais ricas no seu conteúdo, e com muito mais resultado do ponto de vista económico para a população e as empresas do Concelho de Lamego.

Relativamente à atribuição de medalhas às associações e coletividades, o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura devia saber, pois foi o Presidente de Câmara que, de longe, deu mais medalhas a pessoas e associações. Ele é assim, gosta de agradecer, e, no Regulamento Municipal, há fundamentos para as atribuir. E esse foi o problema, a partir do momento em que se deu uma medalha de ouro da cidade a uma banda, teve-se que dar às três, porque elas equivalem-se na importância que têm para o Concelho, a partir do momento em que se deu a uma instituição que fez 50 anos, como o Rancho de Fafel, teve-se que dar a todas as que tinham feito 50 anos, a partir do momento em que se deu a medalha de mérito municipal a uma instituição que fez 25 anos, algumas foram entregues agora, mas estavam atribuídas há muito tempo, abriu-se a caixa de Pandora e teve-se que dar às demais. E, já depois da atribuição uma das últimas, que foi entregue, houve instituições que disseram que, se o critério é de 25 anos, todas as instituições com 25 anos também querem. Ele e o executivo entenderam que não faria sentido proceder de outra forma.

No que diz respeito às sedes das associações, a situação é diferente. Como diz e bem o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, há situações que vêm de muito antes,

instituições que estão em antigas escolas primárias ou noutros espaços do Município que nunca tiveram nenhum acordo escrito. Ele comprometeu-se a regularizar esta situação, mas por motivos vários as coisas foram andando, acumulando, dando-se a todas ao mesmo tempo. Houve problemas que não eram pacíficos em algumas freguesias, onde havia mais que um pretendente para as instalações, e há algumas devolutas, que ficaram de fora por esse motivo. Não se deu a ninguém, porque não era consensual. Foi honrar a palavra dada, resolver, do ponto de vista formal, os contratos de comodato, a entrega das instalações a quem já estava a utilizar, dando-lhe a garantia que podem investir, sendo que a cedência é sempre precária e que a Câmara vai respeitar essa utilização.

No que concerne à apreciação geral que o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** aqui fez do seu desempenho autárquico enquanto Presidente de Câmara, agradeceu, mais uma vez, o elogio do PS. Afinal isso quer dizer que ainda se vai candidatar à sua herança, mas esta herança, enquanto autarca, é de todos os Lamecenses, as obras que se fizeram, os projetos que se lançaram, as dinâmicas que se criaram, não são de uma pessoa, nem de um partido, nem sequer da Coligação, mas são naturalmente de todos os Lamecenses. E gostou, na apresentação que aqui se fez do PEDU, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego ficou encostado e calado naquela parede ao fundo, quando foram apresentados onze milhões de euros de investimento na sua cidade, mas o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** foi ao ambão dizer que, até achava que os projectos eram interessantes e muitos deles relevantes, e que deveriam ser executados no futuro. A herança trás coisas boas e más, eventualmente trará uma ou duas coisas más que aconteceram, e essa herança passará por quem se sentar neste lugar, quer queira quer não, vai assumir integralmente. Caberá aos Lamecenses decidir e ele, como não eleitor no Concelho, não teve voto na sua eleição, não o terá nas próximas eleições, mas deseja o melhor para Lamego, sempre. O senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo** disse que ficou esclarecido com a explicação do senhor Presidente da Câmara, esperando que lhe mostrem os papéis com as contas, pois há quatro anos atrás, quando viu deixar uns postes para colocação de propaganda política, telefonou para a empresa Castros, para deixarem uns postes para outro grupo político, respondendo-lhe que não era possível.

O senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** interveio para dizer que essa proposta para as festas de Nossa Senhora dos Remédios é algo que apraz ouvir, é algo que o grupo municipal do Partido Socialista propunha e defendia, mais entendia que as festas e a gestão dos artistas das festas, não podem ser feitas pelos titulares do executivo. As festas têm que ter uma entidade com autonomia própria, como em tempos já tiveram. Relativamente à questão das medalhas, apenas perguntou, porque as atribuições, na esmagadora maioria das associações, são justas e devidas, apenas questionou o momento. O regulamento já existe há um número de anos significativo, e portanto o que lhe parece que é desprestigiante, até para as próprias associações é ser agora, a

duas, três semanas das eleições, se tomarem essas atitudes, dando uma ideia mais de política eleitoralista, do que do reconhecimento do mérito e da capacidade desenvolvida pelas associações.

Relativamente à questão dos projetos, o senhor Presidente da Câmara não quer cair no facilitismo de avançar com um projeto próprio de candidatura, é óbvio que uma gestão racional e honesta terá que lhe dar continuidade, a menos que esses projetos fossem manifestamente infundamentados. Nunca se ouviu, por parte do grupo municipal do Partido Socialista, qualquer crítica desta natureza. Nessa altura, deu a sua proposta relativamente à feira, à questão do ordenamento e à gestão da mobilidade nas Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, apresentou aqui propostas concretas. Quando entrou para esta sessão deu conta de um movimento significativo de residentes e comerciantes daquelas ruas, alegadamente pela manutenção dos dois sentidos do trânsito, sabendo da existência, na ordem do dia da reunião do executivo da próxima segunda-feira, de uma proposta de retificação de uma ordem verbal do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que o trânsito, nessas ruas, se processasse nos dois sentidos. Neste sentido, gostaria de saber as razões.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para responder ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, dizendo que se poderá fazer aqui, todos os elogios e toda a especulação, em relação à forma de organização das festas de Nossa Senhora dos Remédios. Defender uma entidade autónoma que desenvolva o programa das festas é uma ideia viável, sem esquecer que a associação de festas era presidida, por inerência, pelo Presidente da Câmara ou pelo vereador indicado, e o financiamento era integralmente assumido pelo Município. A Câmara Municipal delegava as suas competências em terceiros e a pagava-as. Entende que isso se possa fazer, até voltando a criar uma Lamego ConVida para fazer as festas da cidade, desde que se lhe aplique o que se aplica às empresas municipais, isto é, a Câmara dá metade do dinheiro e a outra parte arranja o restante. Aí faz sentido que haja um envolvimento de uma terceira entidade na preparação e desenvolvimento das festas de Nossa Senhora dos Remédios, porque, como se sabe, houve problemas de natureza fiscal graves, que ainda estão em tribunal com pagamento de IVA e de IRC, que incidem sobre a antiga associação de festas e os seus responsáveis. Há vantagens em ambos os modelos, mas, se não se encontrar um modelo que traga claramente vantagens ou seja que seja tão transparente como é a gestão feita pelo Município, não fará sentido delegar em terceiros e perder o controlo dum evento muito relevante para a cidade.

Em relação às medalhas discorda totalmente do senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, tal como o executivo. Entenderam que sendo justo atribuir medalhas a todas entidades associativas do Concelho, o deviam fazer e, por isso, o fizeram.

Quanto à feira, é um problema político simples de resolver. Só tem dois sítios disponíveis, em termos de espaço onde se pode realizar, o Largo da Feira ou junto à Rotunda Fernando Amaral, no espaço onde se faz a feira do 3 de Maio. A sua posição

é que decorra no Largo feira, porque é no centro da cidade, perto do comércio, perto dos serviços, que ela tem maior impacto. Gosta de ver as ruas cheias de trânsito, os passeios cheios de gente, gosta de ver a cidade cheia de movimento. Entende que colocar a feira num local lateral à cidade, não ajudará, em nada, as pessoas deslocarem-se à feira, compram o que têm a comprar e vão embora. É defensor desta ideia porque no Largo da Feira há condições, há estacionamento no Multiusos, que tem que ser aberto. Em relação ao espetar no pavimento, junto à Rotunda Fernando Amaral, será necessário repavimentar, faz-se um grande investimento, que também vai ser estragado, sendo que aquele espaço está reservado para um Parque Urbano, o estudo que está ser feito para esse fim, oito hectares desde o Multiusos até ao antigo Matadouro, ao longo do Coura, verão que vale pena fazer este projecto para um espaço de recreio, lazer e desporto, deixando a feira onde está. A feira, sendo controlada num espaço que possa ser fechado, ajuda a controlar os pagamentos, a controlar a limpeza no fim da feira, os feirantes que tiverem lixo no chão não podem fazer a feira seguinte, é a maior penalidade que se lhes podem aplicar, mas isso só pode fazer num local onde possam ser controlados a entrar e sair. De contrário não há fiscalização que resulte.

Relativamente à mobilidade nas ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, duas ruas que funcionam mal com os dois sentidos, quer em relação à habitação, quer ao comércio que ainda ali existe. Mas estas ruas também funcionam mal no dia-a-dia, com um só sentido e estacionamento, porque para lá ir fazer qualquer coisa, é preciso ir à Rotunda Fernando Amaral, Retiro dos Passarinhos, Desterro, entrar nas ruas e estacionar, e depois vir pela Avenida para cá chegar. Isto significa que as ruas têm um problema estrutural, não resultante de fechar na altura das festas durante um mês ou até ao final de Setembro, porque ou há vindimas ou, como no próximo domingo, haverá as festas de Nossa Senhora dos Meninos, em que estarão fechadas por causa da procissão. Por isso há vantagem em ter essa situação temporária. Sabe que para quem ali habita tem mais ruído, tem o desconforto de não ter os carros ali estacionados, é mau para o comércio não ter estacionamento. Mas, até se arranjar uma solução alternativa, com soluções pontuais, como no Largo da Vitória, que permitiu estacionamento temporário, não lhe parece que o comércio fique tão prejudicado e para o funcionamento do trânsito da cidade fica bem. Em termos futuros o projeto terá que ser discutido, passará por uma intervenção de fundo na via, terá sempre duas vias, exceto no troço desde as Brolhas até à Sé, com eventual estacionamento no espaço da Misericórdia, que haverá que protocolar. A segunda perspectiva é, havendo condições a prazo, a Rua Cardoso Avelino ser muito mais amena, de utilização moderada, mais virada para o comércio, eventualmente, para uma futura pedonalização parcial, mas crê que, tão cedo, não se vai ter condições para outra acessibilidade à cidade. Todavia, no estudo de mobilidade desenvolvido no âmbito da Douro Alliance, era essa a solução preconizada há dez anos, para que a

Cardoso Avelino fosse uma rua plana, de comércio, onde só haveria algum trânsito de transportes públicos, de moradores, não sendo, como hoje, a principal entrada na cidade. Assim, agora há que encontrar compromissos entre todos, as pessoas que querem entrar e sair da cidade, moradores e comerciantes, que querem ter a sua rua mais pacata, com estacionamento disponível, para que os seus clientes e eles próprios ali possam parar. O princípio que se tem seguido parece-lhe razoável, o momento de se reabrir é uma coisa que o executivo discutirá, não tendo, em relação a isso, qualquer tipo de estado de alma, pois, para ele, qualquer solução que seja boa para a maior parte das pessoas, será boa para ele.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

05-ASSUNTO: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE LAMEGO, RELATIVA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017;

Presente à sessão da Assembleia Municipal a informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Lamego, relativa ao primeiro semestre de 2017.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para elogiar o trabalho que o senhor Dr. José Alberto Lima apresentou, de qualidade excelente, que permite, hoje, ter um diagnóstico correto da situação económica e financeira do Município de Lamego, que traça até algumas linhas de orientação para a sua gestão futura. Ficou muito satisfeito quando leu a ata do executivo e viu que, mesmo os senhores vereadores do Partido Socialista, reconheceram que a situação, não é tão catastrófica, nem aponta para o descalabro, embora possa dizer, como referia do senhor vereador Manuel António Rebelo Ferreira, está longe de ser auspiciosa.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar que este relatório do Revisor Oficial de Contas é uma obrigação legal que o revisor presta diretamente à Assembleia Municipal, não tendo sequer uma palavra trocada entre ele o revisor de contas sobre este assunto. Traduz claramente a situação financeira do Município de Lamego a trinta de Junho, fá-lo de forma autónoma e crítica, mas também numa perspectiva com algumas propostas, que lhe parecem genericamente interessantes, embora não subscreva integralmente a posição do revisor de contas, em relação a alguns aspectos do relatório. Mas, o mais importante neste relatório é, finalmente, ter-se hoje um diagnóstico completo da situação financeira do Município, porque já incorpora todas as situações que se colocavam como de menor controlo e escrutínio desta Assembleia, como eram as contas da Lamego ConVida e da Lamego Renova, por dois motivos: o primeiro porque estavam em entidades externas e porque daí decorria, também, alguma diferenciação dos critérios contabilísticos, ou seja as contas da Lamego ConVida e da Lamego Renova não podiam ser somadas com as contas do Município, porque os sistemas contabilísticos eram diferentes, e o revisor de contas

ainda faz uma referência a isto. Desde que há a internalização tudo é transparente, e pode ser analisado de uma forma direta. Tem-se, neste relatório, uma análise muito direta, um conjunto de elementos financeiros da autarquia, nomeadamente em relação à execução orçamental da receita e da despesa, aos fluxos de caixa, aos custos e perdas, aos proveitos, às variações patrimoniais, e aos elementos da dívida. Disse que em relação aos proveitos há uma reserva permanente do revisor de contas, que entende que o Município devia ser mais insistente e incisivo na cobrança de dívidas dos cidadãos e de outras entidades. Há, na questão patrimonial, um aspecto, em que parte dos ativos do Município não estão valorizados e contabilizados, mas, se não o estão, é porque são bens muito discutíveis, por exemplo uma estrada, quanto vale uma estrada, para que se vai registar a estrada como património do Município, mas é verdade que a Lei o impõe, sendo um trabalho que está a ser feito. Afirmou que considera como mais relevantes os aspetos relativos ao endividamento, não por serem importantes para os lamecenses, como aqui foi reconhecido pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, pois os Lamecenses querem é os seus problemas resolvidos por quem de direito, que são os eleitos locais, que exerçam essas competências e resolvam esses problemas, que quem executa e assume a responsabilidade pela despesa, responda depois por ela. E, obviamente, essas contas são prestadas, em cada acto eleitoral, acha que o fez sempre com a clareza, com que o está a fazer agora, que todos lhe reconhecem.

A dívida à banca está perfeitamente discriminada com a lista de todos os empréstimos, a lista a fornecedores e outros credores de dívidas de curto prazo está discriminada com todo o rigor, até tendo os dados do balancete a 15 de setembro, se o quiserem consultar, com algumas alterações pontuais ainda para melhor. O cumprimento dos limites de endividamento, fala-se muito mas não há limites ao endividamento, há o endividamento consentido ou autorizado até uma vez e meia a receita média dos últimos três anos, considerando-se que é um endividamento normal, se estiver entre 1,5 e 2,25, que é a situação do Município de Lamego. Há uma situação de endividamento que causa desequilíbrio financeiro conjuntural, que deve ser corrigido com medidas, nomeadamente um plano de saneamento, se estiver acima dos 2,25 até 3 vezes a receita média dos últimos três anos, sendo obrigatório ir para o FAM e fazer um plano de saneamento financeiro. Portanto, por Lei, não há nenhum limite ao endividamento a partir do qual o Município fica sujeito a penalizações, pois a única penalização é se exceder uma vez e meia a receita média dos últimos três anos, tem que reduzir o excesso de endividamento em 10% ao ano, o que o Município de Lamego tem cumprido. Há outro critério mais importante na Lei, que é o prazo médio de pagamentos, que é imperativo e dá problemas se for ultrapassado, ou seja, não se pode ter dívidas vencidas há mais de noventa dias, isto é, uma factura das Águas de Trás-os-Montes, tem sessenta dias de prazo de pagamento, ainda que seja duzentos e cinquenta mil euros, tem que ser paga no prazo, não pode haver facturas por pagar

a mais de noventa dias. O prazo médio dos pagamentos efetuados pelo Município durante o ano não excede os noventa dias, e o ano passado terminou-se com cinquenta e seis dias, e o revisor de contas a 30 de Junho calculou setenta e um dias, discordando deste cálculo, porque há movimentos não reportados atempadamente, porque fazem parte dum conjunto de movimentos que é reportado posteriormente. Portanto, a situação do Município de Lamego, está perfeitamente controlada nesse domínio, e pensa a trinta um de dezembro, continuará controlada. O revisor de contas quis fazer outras análises, especular um pouco sobre a folga, maior ou menor, do Município de Lamego no exercício das suas funções, em termos financeiros, e quis deixar aqui algumas balizas e limites para o Presidente de Câmara que lhe vier a suceder. Disse que sempre fez a gestão financeira que é conhecida, com autonomia e responsabilidade, mas admite que esta seja uma função do revisor de contas, de chamar a atenção para um aspecto simples, dizendo que, feitas as contas aos últimos três anos, depois de o Município pagar todas as despesas correntes, tudo o que tem que pagar ao final do mês, aos funcionários, a água, a electricidade, a limpeza dos lixos, a manutenção dos jardins, a alimentação nas escolas, sobram-lhe, em média, três milhões e trezentos mil euros. Diz depois que isso não chega para repor o imobilizado, porque este se vai degradando, fazem-se estradas, rotundas, equipamentos desportivos e culturais, imensas coisas que, depois há que as manter, investindo nelas e o Município tem que arranjar forma de ter mais folga. Se se mantiver ou aumentar a receita ou, se se reduzir a despesa, não haverá muito a reduzir, em termos de despesa corrente, mas há sempre poupanças que se podem fazer, pelo simples pagamento e liquidação dos empréstimos, o Município vai ter, progressivamente, mais folga e, particularmente no próximo mandato, no terceiro anos de mandato, porque vai terminar um componente do PRED, empréstimo grande contraído num dos mandatos anteriores, irá haver mais folga. Mas o que o revisor de contas não diz, e devia dizer, como o dinheiro não chega, o Município deve procurar fazer a multiplicação do “pão e dos peixes”, deve pegar em parte do dinheiro, por exemplo metade, um milhão e meio de euros e aplicá-lo em obras que tenham fundos comunitários, para que com essas obras consigam repor o tal imobilizado, se se tiver uma intervenção de regeneração urbana, como no Solar de Pinheiros de Aragão, para fazer a nova Biblioteca, está-se a requalificar o imóvel, está-se a aumentar a duração de vida ou se se repavimentar uma rua, no âmbito da mobilidade urbana, está-se a dar nova vida a este imobilizado, evitando voltar a investir nele nos próximos anos. Esta análise faltou ao revisor de contas, deixa-a aqui na perspectiva do que foi a sua prática durante estes anos. Isto é, de facto, a “multiplicação do pão e dos peixes” que é pegar no milhão e meio de euros e conseguir fazer dez milhões de euros, todos os anos, o que não se fará, mas, tem-se, por exemplo, no PEDU a executar em quatro anos, que consumirá cerca de um milhão e seiscentos mil euros, isto é, quatrocentos mil euros por ano, é só questão de ir fazendo contas, ir a esta folga e todos os anos subtrair o

valor que se vai investindo. É um exercício muito interessante, é um exercício fácil de fazer e difícil de explicar, mas que permitiu que se chegasse a este final de um terceiro mandato de grande capacidade de execução e realização de obras, com uma situação financeira que tem a folga reduzida, que o revisor de contas identifica, mas apesar de tudo, ainda tem folga, o que é muito bom para o Município de Lamego.

Vendo as contas de fornecedores do Município de Lamego estão as Águas de Trás-os-Montes, estão os acordos de pagamento com as águas, estão as provisões para os processos judiciais, que estão em tribunal com os mínimos, estão as provisões para os processos da autoridade tributária sobre os ajustamentos do IVA e do IRC, espera que não se tenham que pagar, só em tribunal, se for condenado é que deve pagar, ou seja, as contas do Município estão certas e transparentes. Quem optar por outras situações, tentando ignorar as responsabilidades que podem decorrer de processos judiciais, nomeadamente com as Águas de Portugal, pensando que o Governo irá ajudar a resolver o problema, o mais provável é que isso nunca aconteça, e só os tribunais nos poderão dar razão, estando convicto isso vai acontecer e o Município não ficará onerado, em nada, com essas verbas que estão previstas.

Afirmou que tinha resolvido o problema da Lamego ConVida e da Lamego Renova, mas há outro problema muito grave para resolver, da mesma natureza, chama-se Lameurbe, empresa constituída pelo Município e por privados para construir o Parque de Estacionamento do Espírito Santo. A Câmara é titular de 20% da estrutura, um parque que está fechado, uma empresa que está falida, que deve milhões de euros à banca e ao accionista principal, estando reportados no endividamento deste Município cerca de um milhão e duzentos mil euros de responsabilidades do Município, relativamente à Lameurbe. Afirmou que quis resolver este problema através dum concurso de gestão integral do estacionamento na cidade, que não foi bem acolhido no executivo municipal, o que lamenta porque foi uma oportunidade de resolver o problema, recolocando o equipamento ao serviço da população, dotar o espaço de outras valências importantes para a vivência do centro da cidade, e de fazer uma gestão articulada do estacionamento, com benefício para a população. As pessoas ficaram com a ideia que iam pagar mais privatizando o estacionamento, o que não é verdade, pois a tarifa é aprovada na Câmara, haveria uma maior fiscalização, pagava-se o que não se meteu de moeda, acrescentado de uma pequena taxa. Mas se a PSP multar, pagam-se de trinta euros de multa. Não há que problemas ideológicos em relação a isto. Câmaras de todos os partidos já fizeram concessão a privados de alguns serviços, que executam e exercem melhor que o Município. Lamenta que este problema fique por resolver; foi o Partido Socialista que o criou no executivo anterior, ao seu primeiro mandato, Quem vier para o executivo tem que o resolver.

Em relação à dívida, ela está listada, há um milhão e meio de euros que está lá, que não é do Município, mas sim da Lameurbe, podendo tirá-los, pois não os vai pagar.

O senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** afirmou que há pouco dizia que os Lamecenses não se preocupam muito com o valor que o Município de Lamego deve, para não nada. Agora os políticos devem ter uma postura diferente. Todos os presentes, com responsabilidades de gestão, têm que ter uma perspectiva pedagógica. Já o disse aqui algumas vezes que não há nada mais subjetivo que as contas, dependendo da perspectiva de quem vê. Esta informação do auditor externo não substitui, tem até que ser complementada, na sua análise, com o relatório e com os não relatórios que incidiram com a conta de gerência que terminou a 31 de Dezembro, porque desta data até 30 de junho, a situação do Município de Lamego agravou-se. Há que fazer esta leitura, tem que se juntar o balancete de terceiros, que foi distribuído, que apresenta um saldo de cinco milhões e quinhentos mil euros. Neste documento estão aproximadamente três milhões de euros, sabe-se que é dinâmico, as datas são diferentes. E não se pode esquecer que há um outro valor, o passivo dos Município, que são responsabilidade do Município. Efectivamente, isto é um documento muito técnico, mas os presentes já o apreciaram várias vezes; olhando para o documento, diz que o Município não tem muitas dívidas, tem trinta e três milhões e trezentos mil euros, número redondo, e, portanto, o Município de Lamego está bem e não tem problema com o endividamento. Mas não é assim, o relatório do IGF, que o executivo manteve sem ser divulgado durante alguns meses, diz claramente, que o executivo municipal, nas pessoas do senhor Eng.º Francisco Lopes e do senhor Dr. António Pinto Carreira, são os responsáveis pela ultrapassagem deste endividamento. Isto não é invenção do Partido Socialista, está no relatório do IGF. E também concorda com o senhor Presidente da Câmara, o senhor revisor de contas não precisava de fazer a análise, tinham os presentes, com responsabilidades políticas, que a fazer. Podia cada um dos presentes fazê-la, ele facilitou o trabalho. O revisor de contas diz que quem for gerir o executivo, e os Lamecenses têm que saber, só podem gastar, por ano, três milhões e trezentos mil euros. Esta é uma situação muito crítica, Lamego é um dos dezassete Municípios que não saíram do PAEL, sendo que a maioria deles são do Partido Socialista, o que não o preocupa, pois a sua preocupação é com Lamego, que é um dos que não saiu porque não se tomaram medidas de gestão nesse sentido, por uma questão de prioridade, como o senhor Presidente da Câmara disse. Existem muito mais responsabilidades, não se pode dizer que estão todas provisionadas, não é verdade, as dívidas de IRC e de IVA da Lamego ConVida ao fisco estão garantidas por penhoras, se estivessem provisionadas não era preciso penhorar, podiam ser prestadas cauções ou garantidas por hipotecas voluntárias. Também não estão neste documento, os munícipes têm que saber que não estão provisionadas, o senhor Presidente da Câmara disse que estão provisionadas pelos mínimos as dívidas em litígio às Águas de Trás-os-Montes.

É esta a situação do Município de Lamego, quando se analisa a gestão financeira do Município, tem que se ir às conclusões da conta de gerência de 31 de Dezembro de

2016, verificar, em cada momento, às dívidas correntes no balancete de terceiros, e ver os restantes elementos para se ter uma percepção, pois o revisor de contas fez a sua apreciação em função dos documentos que lhe foram presentes, pelo que pensa até para salvaguardar este executivo e os executivos futuros, terá que mandar auditar as contas do Município por entidade externa independente, para que os Lamecenses fiquem com a percepção real da situação financeira do Município.

Relativamente à Lameurbe, concorda que é um elefante, mais um, foi uma criação socialista, que, na altura não a viu com bons olhos, mas está-se a apreciar esta situação doze anos depois de o senhor Presidente da Câmara ter tomado posse.

Tomou a palavra o senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo** para dizer ao senhor Presidente da Câmara que gostaria de saber, pois às vezes conta-se com as receitas que não se vêm a concretizar, há também, aqui um valor, na página 18, ponto 2.7, no fim do ano de 2016, existia um risco de processos judiciais que viessem a ser considerados como passivos, cujo risco se mantém, que totalizam um valor de aproximado de seis milhões e seiscentos mil euros, quer dizer que, se a previsão é de se poder utilizar três milhões e seiscentos mil euros, imagine-se que em 2018 há um descalabro e a Câmara tem que entrar com esses valores, nesses processos, não sabe o que poderão fazer os herdeiros deste executivo camarário.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** respondendo às questões, começando pelo senhor João Pedro Ferreira Santos Melo, para dizer que se trata das tais provisões de que falava com o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura. Efectivamente, tem-se esse valor provisionado, mas não há o risco dele cair em cima de uma vez, porque são processos judiciais dispersos, apesar da maior parte, 90% deste valor dizer respeito aos consumos mínimos, ou seja, à multa que todos os anos as Águas de Trás-os-Montes mandava à Câmara por não consumir apenas a água das Águas de Trás-os-Montes e ter captações própria a funcionar. Essa situação, quando da fusão com as Águas do Norte, deixou de receber contas dos mínimos. Contudo, ainda as pode receber, basta que considerem a violação do contrato de exclusividade e ter pontos de entrega com consumo zero. Tem-se, por exemplo, um ponto de entrega no Concelho de Armamar, onde não se vai buscar água para Figueira e Valdigem, eles queriam que a Câmara fosse. Se vierem, um dia, a considerar isso como violação de contrato por exclusividade, podem emitir uma conta de um milhão de euros para o Município de Lamego pagar. Algum Presidente de Câmara que aqui estiver vai pagar? Claro que não. Irá até ao tribunal europeu dos direitos humanos, pois isso é uma violência para a população de Lamego, que ninguém pode aceitar. Existe um contrato mal feito, um contrato leonino, em que o Estado, Administração Central, através de uma empresa maioritariamente controlada pelo Estado, esbulhando os municípios da forma que lhe apetece. Em vez de se construir uma barragem mais pequena no Balsemão ou acima de Penude, que abasteceria a cidade, foi-se entrar num sistema multimunicipal, onde o Município de Lamego é desfalcado dos seus recursos pelo próprio Estado. Portanto,

são vários processos judiciais relativos a um ano e, quando um for decidido, já se acontecerá aos outros; se um for decidido a favor das Águas de Trás-os-Montes, vão ter que se pagar os outros todos. Se um for decidido a favor da Câmara, nada se pagará, podendo-se chegar às provisões e riscá-las.

Ainda em relação a provisões, o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, como jurista, teve uma interpretação perfeita, porque a Lei diz que há uma cobrança de IVA ou de IRC das Finanças; a Câmara não concorda, reclama e coloca em provisões essa despesa contingente, o que é explícito na Lei, as entidades públicas não são obrigadas a prestar cauções nem penhoras, bastando que provisione nas suas contas, para o ano seguinte, o valor em dívida. Só que o Estado faz as Leis e não as cumpre. As finanças não aceitam isto, e, se se quer reclamar, ou se paga ou se dá garantia. Pagar às finanças e reclamar depois, adeus, nunca mais vem o dinheiro, isto não faz. Se vier um Presidente de Câmara que queira pagar, que o faça. Portanto, a alternativa é uma penhora de um imóvel, não se faz uma garantia bancária, que tem custos. As finanças penhoram o imóvel, a Câmara continua fiel depositária do imóvel, continua a utilizá-lo normalmente, não há inconveniente. Haveria inconveniente se as finanças penhorassem um lote na zona industrial, que a Câmara quisesse vender, agora, enquanto penhorarem imóveis que não são para vender, as piscinas ou o Teatro Ribeiro Conceição, não se preocupa.

Em relação ao PAEL, disse ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, que a Câmara Municipal de Lamego sai do PAEL no dia que quiser. Ainda ontem leu uma notícia de um Município que saiu do FAM só para baixar o IMI, Lamego para sair do PAEL tem que liquidar o empréstimo. Existem dois empréstimos de saneamento financeiro, um à Caixa Geral de Depósitos e outro à Direcção Geral das Autarquias Locais, tendo um uma taxa de juro que é a média da taxa de financiamento da República, mais uns pontos percentuais, que o Estado cobra sempre, e outro com uma taxa de juro correspondente ao momento em que o empréstimo foi contraído. Hoje, se se for à banca, esta empresta o dinheiro a uma taxa inferior. A Câmara pode pagar o empréstimo do PAEL mas, a questão, é saber se se encontra no mercado alguma taxa mais favorável que as taxas de juros que já se têm. Portanto, o próximo executivo, se tiver maioria, pode liquidar o empréstimo do PAEL e do saneamento financeiro, trocando dívida por dívida a contrair na banca a taxas mais favoráveis. Na situação que se teve no Executivo nos últimos tempos, não havia condições para fazer passar um empréstimo desta natureza. Foi estudado tecnicamente pela Divisão de Finanças e Património, mas nunca foi ao Executivo nem à Assembleia Municipal. O que se fez foi uma coisa diferente, pois o Município de Lamego tem taxas de juros excelentes em todos os seus empréstimos, incluindo o da Lamego Renova relativo ao Pavilhão Multiusos. O único que se tem com taxas de juros más é o de saneamento financeiro, porque, na altura, a Caixa Geral de Depósitos foi o único banco que emprestou dinheiro. Os outros bancos, que agora vêm aqui todos os dias, já se interessam pelas

contas do Município de Lamego, mas, na altura, a Caixa Geral de Depósitos emprestou a 7%, o que é um exagero, mas que já foram renegociados para 3,9%. Está-se a renegociar de novo, um dia destes irá descer para uma coisa mais adequada para os valores de mercado actual. Naquela fase em que o dinheiro escasseava na banca, havia dificuldade, e foi ali que se teve que ir ao saneamento financeiro. Se tem passado aquela fase, resolver-se-ia o problema na banca.

Em relação à auditoria da IGF, esta diz que a 31 de dezembro de 2013, o Município tinha um *stock* de dívida que não podia ter, ou seja, o Município excedeu o limite de endividamento porque tinha um *stock* de dívida a fornecedores que não podia lá estar. Pois a regra que estava a dizer há pouco à Assembleia, de não ter pagamentos a mais de noventa dias, não foi cumprida porque o executivo fez a candidatura ao PAEL e, para o PAEL, indicou-se uma lista de facturas, que ficou congelada desde o momento da candidatura até ao visto do tribunal de contas, pelo que o Município não podia pagar aquelas facturas, pois, se fosse pagas, saiam do PAEL e perdia-se o financiamento. Portanto, a ultrapassagem, ou seja o aumento do stock de dívida a 31 de dezembro de 2013, foi consequência legal e, como tal, reconhecido pela própria IGF e pelo tribunal de contas, não tendo nada de anormal a seguir, quando o PAEL foi aprovado com o visto do tribunal de contas. Fez-se depois o pagamento integral da dívida, regularizou-se a situação, que se tem mantido até hoje, com prazos médios de pagamento dentro do que a Lei prevê, inferiores a noventa dias. O Dr. António Pinto Carreira não tem nisto qualquer responsabilidade. Se houvesse responsabilidade seria só dele, enquanto Presidente da Câmara, o que também não há.

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento

06-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA BEIRA ALTA E DOURO SUL

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, referindo que em 21.12.2016 veio o Tribunal de Contas pedir elementos e informações relativos à Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul. Em resposta o Município de Lamego através do ofício 3143, de 22.12.2016, informou que *“a Câmara Municipal de Lamego não aderiu à Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, (AMBADS), pelo que nunca obteve a qualidade de membro da AMBADS. Tal significa que não lhe cabe pronunciar-se sobre a imputação da infração de que é notificada, pelo não envio de documentos de prestação de contas relacionadas com a referida Associação de Municípios”*

Havendo necessidade de concluir o processo de dissolução, propõe-se que a mesma se efective, considerando que a entidade em apreço não registou qualquer atividade após a sua constituição.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para dizer que desconhecia esta Associação, que, pelos vistos, não tem actividade há muitos anos, como outras

instituições em que se participava, como, por exemplo as Assembleias Distritais.. Pertencer a instituições traz responsabilidades institucionais para a entidade e pessoais para os membros das entidades. Portanto, esta associação tem que ser extinta, porque é uma entidade que, há dez anos, não apresenta relatórios de contas aos tribunal de contas e este lembra-se e começa a mandar multas aos responsáveis que, nos últimos dez anos, ocuparam lugares nos órgãos sociais, que começam a receber uma multa em casa. Por isso há que ajudar a extinguir esta associação, e em instituições de que o Município faz parte, como a rota do vinho do porto e outras, que não funcionem, deve-se deliberar a saída da instituição e autorizar a respetiva Assembleia-geral a dissolvê-la.

Interveio a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** para pedir um esclarecimento, pois, olhando a documentação relativa a este assunto, verifica que o Município de Lamego não aderiu e não era membro da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul. Ora, se Lamego não pertencia à associação, se não era membro, como é que esta Assembleia vai deliberar pela dissolução de uma entidade à qual não pertencia.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para repetir que o executivo não tem nenhuma evidência de pertencer a esta Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, desconhecia a sua existência, mas a verdade é que o tribunal de contas atribuiu responsabilidades na associação. Assim, pelo sim, pelo não, propõe que se delibere a extinção da associação para que ela se processe com os membros que o tribunal de contas presume que o são. Não há outra explicação sobre este assunto.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer que é pertinente a intervenção da senhora Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa. O Partido Socialista abster-se-á nesta matéria, porque, ainda que o Município pertença, quem tem que dissolver é a Associação, pelo que a proposta tem que vir da Associação, sabe-se lá com que municípios. O seu grupo municipal não votará a dissolução de uma entidade que, ainda que o Município faça parte, esta Assembleia não tem competência para o fazer. Se o executivo reformular a proposta para que o Município de Lamego saia dessa associação, aí terá a concordância do Partido Socialista.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que na Assembleia-geral, entenderam que havia necessidade de cada Município - Executivo e Assembleia Municipal - deliberem a dissolução ou a concordância com a dissolução. O facto de não se saber se o Município de Lamego é ou não associado, porque não há registos disso, mas há associações, como nas Assembleias Distritais, decorria da própria Lei, o Município de Lamego é envolvido e faz parte sem o saber. A prudência recomenda que, há semelhança dos demais municípios, se faça a deliberação já feita no executivo e se faça na Assembleia para se poder fazer uma nova assembleia-geral, que dissolva a associação e que permita extingui-la.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para afirmar que, para ultrapassar esta questão, o grupo municipal do Partido Socialista votará esta proposta no sentido que consta do texto da deliberação do executivo, concordando com o processo de dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, dado que não regista qualquer atividade após a sua constituição, mandatando o executivo para diligenciar representar o Município na Assembleia-geral. Com esta redacção votará favoravelmente e constitui, desde já declaração de voto.

O senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo** interveio para dizer que, se a associação está inativa, também já não tem órgãos sociais, provavelmente.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que concorda em absoluto com o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, pois reforça-se a ideia que a associação não tem qualquer interesse para o Município de Lamego. Portanto, única e simplesmente há que acabar com ela. Assim, com a redacção final sugerida pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, colocou-a à votação da Assembleia.

Deliberação: Colocada à votação a proposta foi **Aprovada por unanimidade.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo o senhor Professor Dr. João Fernandes Rebelo manifestado a vontade de intervir, relativamente à circulação de trânsito nas ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino.

O senhor **João Fernandes Rebelo** interveio para dizer que é a primeira vez que participa neste órgão, fez aqui a prova da sua resistência digna, como subscritor de uma petição assinada, que entregará ao senhor Presidente da Assembleia, por um conjunto de residentes e de empresários, devidamente identificados. Disse que não está aqui para defender interesses pessoais, não há qualquer conflito de interesses, é apenas proprietário e investidor. Investiu há alguns anos naquelas ruas, sobretudo para o reforço e coesão social de um território, no caso do Município de Lamego. As sociedades desenvolvidas exigem determinados critérios, decisões e formas. Refere elementos fundamentais, como o nível, a qualidade, a estabilidade e a confiança na relação entre as instituições e os cidadãos, os residentes, a população, os interessados. Garantir idênticas condições de vida e oportunidades para todos os cidadãos, destacando aqui o papel e o interesse que deve ser dado às minorias que naquelas ruas estarão. É isso que reforça a sociedade, é isto que deve ser uma sociedade. Outra não menos importante, a intervenção cívica dos cidadãos, está aqui a desempenhar um papel cívico, isto é de extrema importância.

Feito este enquadramento, passou a fazer uma leitura da petição dos residentes e de empresários, dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores:

“ O Título é a circulação num único sentido nas ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino. “Como consequência do tráfego automóvel, inclusive de viaturas pesadas, desde há muitos anos, que o trânsito nas ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, for ordenado, apenas num sentido, entrada para a cidade. Supletivamente e bem foi estabelecido estacionamento automóvel pago. Inerente a esta decisão, a tal decisão de há longos anos, esteve subjacente um conjunto de elementos que os petionários consideraram

Fundamentais:

a) Trata-se uma zona histórica, com edifícios antigos, em que uma elevada circulação automóvel, em especial de pesados, tem fortes efeitos nefastos, tanto em termos de estabilidade dos mesmos (edifícios), como de ruído, logo sobre as condições de vida dos residentes, e as atividades económicas ali instaladas. Este impacto negativo é ampliado pelas próprias condições do Piso e proximidade da via de circulação aos edifícios, passeis demasiados estreitos;

b) Assegurar condições mínimas de segurança à circulação pedonal, tanto dos residentes como da população, em geral, nomeadamente a comunidade escolar que frequentemente a utiliza, relativamente à dimensão dos passeios, é um elemento, fortemente, restritivo da circulação humana, com o mínimo de segurança;

c) Criar condições mínimas para a dinamização das atividades económicas, ao longo da via, assim como de residência, evitando total abandono desta zona nobre e porta de entrada da cidade, não há cidades sem cidadãos, não há cidades sem atividade económica, não há espaço que sobreviva sem essas condições. Para este efeito, além da melhoria da circulação automóvel e pedonal, foi criado um sistema de estacionamento pago. Ao anterior acresce a circulação nas duas vias, tecnicamente difíceis, ficando o trânsito interrompido quando se cruzam veículos pesados de maior dimensão.

Feitas estas considerações, os residentes entendem que exceptuando em pequenos períodos, caso das festas de Nossa Senhora dos Remédios, as condições expressas, anteriormente, iam ser mantidas, isto é, trânsito num único sentido, com estacionamento. Têm surgido atividades económicas, muito viradas para o turismo e para o pequeno comércio, cuja sobrevivência está dependente de condições de atração, de clientes, tanto em termos de circulação pedonal, como de estacionamento. Dito de outro modo, houve investimento, houve dinamização económica, com base num pressuposto de confiança, certamente se essa confiança não existiria, não havia pessoas como eu, investiram ali as suas poupanças e esperam um retorno do investimento, como é normal. Portanto confiança e estabilidade nas decisões da Câmara Municipal.

Neste ano, a exemplo dos anos anteriores, apesar dos prejuízos causados para os residentes e comércio, foi, temporariamente, estabelecido o regime de circulação, tanto durante o período de festas da Nossa Senhora dos Remédios, e que de acordo o

que foi comunicado às pessoas, era temporário e já devia ter terminado a onze de setembro. Foi essa a decisão, portanto, foi tomada. Ou seja já devia estar restabelecido o trânsito apenas num único sentido, estamos a falar de confiança, estamos a falar de estabilidade, estamos a falar de um bom relacionamento, entre instituições, entre organizações, entre entidades, entre pessoas. Dai a manifestação que hoje aqui houve, nunca é agradável. Neste sentido, porque entendem tal, como os restantes cidadãos do Município, têm direito às condições mínimas de vida e de sobrevivência económica, estando certos que não é intenção da Câmara Municipal, estão certos de que não vão prejudicá-los, vêm solicitar à Câmara Municipal que seja restabelecido o trânsito, rapidamente, nas ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, de acordo com o normalmente vigente, um único sentido e estacionamento pago”.

Deixa esta petição ao **senhor Presidente da Assembleia Municipal**, com setenta assinaturas, devidamente identificadas, é esta a posição dos residentes e acima de tudo o que se está aqui a falar, é de um exercício de cidadania e de igualdade, equidade, numa manutenção de laços de confiança, entre instituições, pessoas e entidades económicas, não entram em discussões políticas, não é esse o objectivo, isto não é uma questão política, é uma questão técnica, sobrepõe-se a qualquer força política que esteja aqui subjacente, dai apelar ao sentido da sobrevivência daquelas entidades. Entenderam fazer só para a Câmara e Assembleia Municipal, sabe que este assunto está agendado para a próxima reunião de executivo, entende, neste sentido, criar aqui também, uma ideia, isso é cidadania, as decisões sejam estruturais, que sejam de futuro e que não sejam voláteis, que não sejam do interesse A, B ou C, pensa que é isto que deve ser, aqui, a gestão do Município, a gestão de um todo, a gestão de um coletivo, eventualmente o respeito pelas minorias, porque é uma minoria que é afetada, em relação a todo um conjunto

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** começando por cumprimentar o senhor Dr. João Fernandes Rebelo, agradecendo-lhe, por ter vindo aqui expor o assunto, dizendo-lhe que concorda inteiramente com os fundamentos aqui expostos, inclusive com o fundamento da defesa das minorias, que é o que tem feito. Se fosse sujeita a referendo a abertura das ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro ao trânsito nos dois sentidos, a cidade voltaria esmagadoramente a abertura em dois sentidos, não tendo em atenção os interesses do comércio e dos moradores, porque seriam em muito menor número. E por o executivo ter a consciência, não apenas desse facto, mas também, das razões técnicas aqui explicadas pelo senhor João Fernandes Rebelo, que são do conhecimento público, do perfil da rua, do tipo de pavimento, da necessidade do estacionamento para as atividades económicas que ali se exercem, apesar de serem poucas, há uma reabertura de algumas lojas para novas actividades turísticas, acha que o respeito que a maioria tem tido, através do executivo, na manutenção da situação da rua Cardoso Avelino e da rua Macário de Castro, também tem que existir dos comerciantes em relação ao funcionamento da

cidade. Aceitando que o período de tempo em que as ruas são colocadas em dois sentidos, e que acontece em festividades, eventos, momentos em que é necessário garantir uma saída mais fácil do trânsito, nomeadamente de veículos pesados, que é o que mais complica a travessia da Avenida, dá-lhe a impressão que essa paciência dos comerciantes e moradores está muito reduzida. Acha que não é pedir muito que, durante o mês de setembro, por exemplo, durante as festas, as ruas possam ficar com dois sentidos. Até porque se criou uma solução alternativa de estacionamento no Largo da Vitória, pelo que não lhe parece que os interesses dos moradores fiquem tão afectados até ao fim do mês com o trânsito nos dois sentidos. Alias, situação similar já aconteceu noutras alturas até com maior duração, tal como já aconteceu por motivo de obras, sempre com reacções pouco tolerante por parte dos comerciantes ali instalados. Da parte do executivo sempre tem havido uma relação cordial, de abertura, reunindo e recebendo as pessoas, indo lá, está à vontade em relação a isso, parecendo-lhe que se está a fazer uma “tempestade num copo de água”. Por exemplo, em relação ao estacionamento pago, já se deixou de cobrar no início da rua Cardoso Avelino, porque ali não há procura, salvo a curva na entrada da rua Cardoso Avelino, o resto tem sempre pouca procura. Apenas o troço da rua Macário de Castro é relevante do ponto de vista comercial e da necessidade de estacionamento. Portanto, entende a situação que se tem encontrado é um bom compromisso. Agora, se vamos discutir se são 20, 25, 30 dias, não se está a dar um contributo válido para resolver, em simultâneo, dois problemas conflitantes. O problema de entrar e sair da cidade, que precisa, pontualmente, das duas vias, e o problema do comércio e da habitação, que precisam de estacionamento, mas esta precisa também de algum sossego que, numa via, se consegue garantir, mas que o trânsito em duas vias é mais problemático. Para ele não há problema nenhum em reabrir o trânsito numa só via, mas só depois da procissão de Nossa Senhora dos Meninos. Disse ao senhor João Fernandes Rebelo, com todo o respeito e consideração pelas pessoas, que este assunto já foi discutido por diversas vezes, parece-lhe uma “tempestade num copo de água”. Portanto, na próxima reunião de executivo, decidir-se-á pela reabertura, que poderá ser já na próxima segunda-feira, na semana seguinte ou no final do mês, é-lhe indiferente.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que é, até trinta de Setembro, o Presidente desta Assembleia. Aproveita para cumprimentar e se despedir desta Assembleia, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, a quem agradece em seu nome pessoal, todo o empenho que colocou na gestão do Município de Lamego, cumprimentar os senhores Vereadores presentes, deixar um abraço ao senhor vereador Armínio José Teixeira Mendes, o qual lhe mandou uma mensagem. Quer cumprimentar e agradecer aos seus secretários, hoje em especial à senhora Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, que fez o favor de o acompanhar na Mesa. Cumprimenta todos os membros da Assembleia Municipal, de todos os partidos, foi um privilégio ter aqui estado e conviver com todos, cumprimenta os

senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Quer agradecer ao secretariado técnico desta Assembleia Municipal. Quer deixar um elogio especial, pela disponibilidade, alegria e competência com que o funcionário Joaquim Santos Mateus secretariou sempre as Sessões da Assembleia Municipal, Assembleias do Futuro e Comissão Eventual das Comemorações do 25 de abril e Prémio Escolar Dr. Fernando Amaral. Cumprimenta o funcionário Emanuel Domingos Peixoto e a funcionária Mabilde Rosa Pinto Lopes a quem agradece reconhecido o seu trabalho dedicado. Quer agradecer ainda ao senhores Dr. Luis Carlos Pereira da Silva e Dr. Nelson Vale Martins, chefes de Divisão que, sempre, se disponibilizaram a esclarecer todas as dúvidas e questões colocadas com alguma frequência. Foram extremamente competentes, gentis e simpáticos com a Mesa desta Assembleia Municipal. Despede-se de todos, com um bem-haja, augurando que o futuro continue a trazer Lamego na senda do progresso, esperando, fundamentalmente, que, o que quer que saia das próximas eleições, seja uma solução que catapulte Lamego, as suas gentes, o Concelho e as freguesias para um futuro risonho, de sucesso, combatendo o desemprego, a desertificação, para que Lamego seja, efectivamente, uma cidade e um Concelho onde, cada vez mais, dê prazer viver. Sempre se sentiu pegado a Lamego, há quarenta anos que é médico, trinta e oito deles dedicou-os à sua Terra, doze anos serviu politicamente a sua Cidade, sempre com a ambição de a defender. Resta-lhe terminar, cumprimentando todos, e com uma frase muito simples, Viva Lamego, sempre..

07-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberação:

08-ASSUNTO: TERMO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às treze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico: